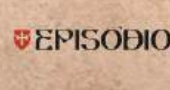


# VIII MERCADO MEDIEVAL

Terreiro da Fonte, Eiras, Coimbra

15, 16 E 17 de Maio

De Celas a Eiras: Caminhos de Memória



**PAVICORTES**  
EMPREITEIRO DE OBRAS PÚBLICAS  
E INDUSTRIAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Felicitamos B.V. Pombal pelos seus 114 anos

Vasco Cordeiro 965 805 878  
236 951 633  
pavicorteslda@sapo.pt

E.N. 109 - Lagoa da Guia  
3105-099 GUIA - Pombal



# Campeão

DIRECTOR LINO VINHAL  
www.campeaoprovincias.pt  
PREÇO 1€ | 2ª SÉRIE | ANO 25 | EDIÇÃO N.º 1306 | 14 DE MAIO DE 2026 | SEMANÁRIO À QUINTA-FEIRA  
Telef. 239 497 750 | E-MAIL: campeajournal@gmail.com

## Suinicentro

Felicitamos os Bombeiros Voluntários de Pombal pelo seu aniversário, agradecendo o serviço prestado à população!

236 950 580

Rua do Arneiro N.º100  
ILHA (Pombal)



SEMANÁRIO NO PAPEL (QUINTAS-FEIRAS)... DIÁRIO ONLINE (WWW.CAMPEAOPROVINCIAS.PT)... VESPERTINO DIGITAL (DE SEGUNDA A SEXTA) | AUDIÊNCIA QUALIFICADA



Convida a visitar a ExpoSicó,  
em Alvaiázere, dias 16 e 17 de maio

**Odraude**  
Construção Civil e Obras Públicas, Lda

41 anos

“Qualidade, Credibilidade,  
Rigor e Profissionalismo”

Rua Cons. Furtado dos Santos, n.º 65 • 3250-182 Alvaiázere • Portugal  
Telef. 236 650 130 • E-mail: odraude@odraude.pt



# PORTUGAL OBRIGADO A CUMPRIR NORMAS EUROPEIAS CONTRA A CORRUPÇÃO

O Conselho da União Europeia aprovou uma nova Directiva que uniformiza a definição de crimes como suborno, tráfico de influências e apropriação ilegítima em todos os Estados-membros. Em Entrevista ao “Campeão”, o politólogo Bruno Ferreira Costa analisa o impacto desta legislação em Portugal, destacando que a harmonização legal pode acabar com a procura por países com leis mais “apetecíveis” para práticas ilícitas. Apesar do avanço normativo, o especialista alerta para a persistente diferença entre a lei no papel e a sua efectividade prática no terreno. **PÁGINA 2**

## Universidade de Coimbra

### Sobressalto na eleição do Reitor com repto de catedrático ao Conselho Geral

A escassos meses da eleição do(a) Reitor(a) da Universidade de Coimbra, a aprovação parlamentar de um novo regime jurídico pôs em sobressalto a centenária instituição. **PÁGINA 3**

## Transformar a Educação

### Nem todos chegam iguais à escola

A desigualdade educativa começa muito antes da primeira aula. Linguagem, vínculos, acesso à creche, apoio familiar e inclusão moldam percursos distintos, num desafio que obriga a escola a responder a alunos que não partem do mesmo lugar. **PÁGINA 12**

## ENTREVISTAS



### João Gabriel Silva

Presidente da Direcção do Instituto Pedro Nunes (IPN)

**PÁGINA 7**



### Luís Paulo Costa

Presidente da Câmara Municipal de Arganil

**PÁGINA 8 e 9**

## Penela volta ao burgo

A XXX Feira Medieval devolve Penela ao tempo dos castelos, dos ofícios e das tabernas. Nos dias 16 e 17 de Maio, o centro histórico enche-se de recreações, animação, artesanato, gastronomia e memória viva dentro das muralhas. **PÁGINA 11**

**PAVIMENTOS LISBOAS**  
Indústria de Produtos de Cimento, SA

Parabéns, B.V. de Pombal!

Tlf. 236 912 570/1 • E-mail: plisboas@gmail.com  
www.pavimentoslisboas.com  
Marco do Distrito | 3105-348 Redinha • Pombal

**METAL VISION**

Felicitamos os Bombeiros Voluntários de Pombal pelo seu 114.º Aniversário!

**CAIXILHARIA | ALUMÍNIO | AÇO | AÇO INOX**

GERAL@METALVISION.PT || 969 095 803 | 236 217 262  
ZONA INDUSTRIAL ARNEIRO DE FORA, LOTE 23 | PELARIGA

**pecipenela**  
www.pecipenela.pt

Comércio de peças automóvel  
Pneus novos e usados - Baterias  
Centro de abate de viaturas em fim de vida

Zona Industrial de Penela, Lote 3  
3230-347 Penela | Telef: 239 561 290  
pecipenela@gmail.com

**ALPHASHIRT**  
www.alphashirt.pt

Zona Industrial do Lourçal  
3105-166 Lourçal • Pombal • PORTUGAL  
+351 236 244 574 • +351 236 200 310  
alphashirt@alphashirt.pt

Máquinas  
impressão  
de t-shirts

EVERPRINT



Máquinas  
de bordar

ricoma



# CORRUPÇÃO: NOVA DIRECTIVA DA UE “ELIMINA ZONAS CINZENTAS”

ANA CLARA\*

O Conselho da União Europeia (UE) aprovou em Abril deste ano uma nova Directiva da UE que harmoniza a definição de corrupção em todos os Estados-membros e estabelece um nível comum de sanções para punir este tipo de crimes. Com medidas para prevenir a corrupção e regras para reforçar a investigação e a acção penal, a Directiva reforçará a luta contra a corrupção, tanto no sector público como no privado. A nova Directiva substituirá dois actos legislativos da UE: uma decisão de 2003 relativa à corrupção no sector privado e uma Convenção da UE, de 1997, relativa à corrupção em que estejam implicados funcionários da UE ou dos Estados-membros. As novas regras asseguram que os principais crimes de corrupção são definidos e tratados de forma semelhante em toda a UE. Entre esses crimes incluem-se o suborno nos sectores público e privado, apropriação ilegítima, tráfico de influências, obstrução de justiça, enriquecimento resultante de crimes de corrupção, ocultação e certas violações graves da lei durante o exercício de funções públicas.

De acordo com as novas regras, os Estados-membros têm de prever níveis mínimos comuns de sanções para os crimes de corrupção, assegurando que as sanções máximas não sejam demasiado baixas. Os infractores podem ser condenados a penas de prisão de três a cinco anos, consoante a infracção. As empresas ficarão igualmente sujeitas a sanções sob a forma de coimas que variam entre 3% e 5% do seu volume total de negócios a nível mundial ou entre 24 e 40 milhões de euros, consoante a infracção.

O “Campeão” falou com Bruno Ferreira Costa, politólogo na Universidade da Beira Interior (UBI) sobre o impacto da implementação desta Directiva em Portugal. Começa por considerar que “todo e qualquer contributo para combater a corrupção vai no bom sentido”. Além disso, “demonstra que a classe política está atenta



De acordo com as novas regras, os Estados-membros têm de prever níveis mínimos comuns de sanções para os crimes de corrupção, assegurando que as sanções máximas não sejam demasiado baixas

a este fenómeno” e que a corrupção “é um dos temas centrais da agenda pública, verificando-se um interesse crescente da sociedade civil sobre o mesmo”. Esta Directiva, refere, “acaba por constituir um reforço significativo dos mecanismos à disposição dos Estados-membros para combater a corrupção, nomeadamente tendo em conta três premissas: a harmonização ao nível da definição da corrupção no espaço comunitário; o entendimento de que a corrupção não é um fenómeno nacional, extravasando fronteiras e tendo impacto significativo no sector público e privado e a adopção de sanções comuns para punir este tipo de crimes no espaço comunitário”. O também Gestor Global do Centro Europe Direct Beira Interior considera que “passamos a ter um quadro legal transversal que assegura uma articulação entre o quadro legal português e a demais legislação dos países da UE, ou seja, elimina-se um conjunto de zonas cinzentas, evitando ou inibindo a procura de países mais ‘apetecíveis’ para o exercício de determinadas actividades”.

## “Uniformização e harmonização”

O politólogo relembra que estes crimes, referidos na Directiva, já se encontram registados e identificados no ordenamento jurídico nacional, pelo que a mais-valia encontra-se nesta “uniformização e harmonização” com a demais legislação europeia. Por outro lado, “registra-se que este caminho poderá facilitar e agilizar

pedidos de colaboração internacionais e partilha de informações entre as diversas autoridades nacionais. De igual modo, cumpre destacar o objectivo de reforçar os mecanismos de prevenção e assegurar um maior escrutínio sobre processos de contratação pública e exercício de funções na Administração Pública”.



## A mediatização de diversos casos de corrupção tem deixado um lastro de desconfiança considerável sobre os nossos representantes

Bruno Ferreira Costa lembra que no contexto do financiamento público, cerca de 80% do financiamento é efectuado com recurso a fundos europeus, “pelo que este cenário poderá ajudar o País a detectar melhor situações de fraude em projectos financiados pela UE e assegurar menos discrepâncias entre decisões judiciais existentes em Portugal e os países da UE”.

Bruno Ferreira Costa realça que as políticas públicas de combate à corrupção em Portugal “evoluíram bastante” nas últimas décadas, sobretudo no plano legal e institucional, porém, “o balanço costuma mostrar uma diferença persistente entre a ‘arquitectura normativa’ (o que existe no papel) e ‘efectividade prática’ (o que acontece no terreno). Algo que na ciência política

acabamos por analisar de forma sistemática - o que a lei proclama/prevê e a forma como as medidas/acções são implementadas na prática”. Destaca, no quadro da acção adotada, “o caminho de reforço do Ministério Público, a diversificação de mecanismos de controlo e auditoria mais densos e a implementação de regras mais exigentes na contratação pública”. Ou seja, para o politólogo, “o sistema passou a disponibilizar um quadro legal forte para analisar casos de corrupção em Portugal”. No entanto, subsistem algumas barreiras que acabam por ter um impacto significativo sobre o combate à corrupção, nomeadamente a “morosidade dos processos, a complexidade da arquitectura institucional, com os processos a serem analisados por múltiplas entidades, o que dificulta a própria articulação entre as mesmas, a existência de uma certa cultura de ‘aceitação ou normalização’ de determinadas práticas ou redes de influência informais”. E sugere que, a breve prazo, importa “avançar com a existência de tribunais especializados em criminalidade económico-financeira, um maior investimento para a digitalização dos processos, por exemplo, através do recurso a auditorias processadas através de algoritmos e a existência de um quadro legal mais forte de protecção aos denunciantes”.

## “Lastro de desconfiança” na classe política

Sobre a percepção da corrupção e o impacto na

opinião pública dos vários casos que envolvem a classe política em Portugal, Bruno Ferreira Costa não tem dúvidas: “existe um escrutínio maior por parte dos cidadãos à actividade exercida por dirigentes políticos, pelo que a mediatização de diversos casos de corrupção tem deixado um lastro de desconfiança considerável sobre os nossos representantes”. “Assiste-se a esse impacto na diminuição do grau de confiança no sistema político e judicial, muitas vezes até pela percepção que o sistema acaba por proteger os actores políticos. Um dos resultados do crescimento dessa desconfiança é a procura de soluções alternativas ou antissistémicas por parte dos eleitores quando são chamados às urnas. Por outro lado, podemos caminhar num sentido de maior resistência dos cidadãos a políticas públicas ou medidas adoptadas, considerando que os actores políticos carecem de legitimidade para o exercício de funções”, sublinha.

E, acrescenta, também tudo isto cria desconfiança nas instituições. “Se atendermos a dados sobre esta temática, Portugal regista dos valores mais altos de desconfiança ou avaliação negativa das instituições políticas e judiciais. Ou seja, entra-se num caminho de disseminação de um conjunto de expressões e visões bem conhecidas do comum cidadão (‘os partidos/políticos são todos iguais’; ‘todos querem tacho’; ‘só protegem ou beneficiam os ricos’). Este é um caminho perigoso, que vai corroendo e enfraquecendo a democracia. Podemos verificar essa materialização da desconfiança no aumento da abstenção eleitoral, na existência de uma tendência para o voto de protesto, na maior volatilidade eleitoral, bem como num ambiente de maior contestação a decisões políticas ou administrativas adoptadas pelos organismos do Estado. Ou seja, a implicação não é apenas sobre uma dimensão prática/factual, mas tem um peso significativo sobre a forma como o cidadão percebe o funcionamento do Estado”, sintetiza. Ainda, o politólogo da UBI diz que é importante referir

que “parte do trabalho tem sido feito”. Ou seja, “não podemos cair na perspectiva de que nada foi feito para combater a corrupção em Portugal. Tivemos, ao longo dos últimos anos, a adopção e implementação de diversas reformas legais, institucionais e estratégicas nesta área. A principal questão que se coloca é a adequação de parte dessas medidas aos fenómenos que assistimos e a real capacidade de transformar o sistema num modelo mais ágil, transparente e eficiente”. E vai mais longe, destacando “algo estrutural no País: temos uma dimensão reactiva muito forte e uma dimensão preventiva ainda ténue ou limitada. Nestas temáticas, há que inverter este racional”, avisa.



Politólogo Bruno Ferreira Costa analisa nova legislação comunitária

Quanto aos impactos na democracia, Bruno Ferreira Costa realça dois efeitos “determinantes num contexto de altos níveis de corrupção ou percepção de corrupção”, a saber: “a percepção de que a democracia não funciona ou apresenta diversas falhas e um impacto sobre a real capacidade de desenvolvimento económico e social do País. Estas dimensões são indissociáveis de tudo o que abordei anteriormente. Quando o cidadão não confia, não acredita e não considera o Estado para a resolução dos seus problemas, procurará soluções alternativas, que provocam a erosão do sistema democrático e um maior nível de desmobilização cívica e política”. Num segundo patamar, “existe um impacto sobre toda a capacidade de desenvolvimento económico, nomeadamente através da menor eficiência na utilização dos recursos económicos disponíveis (menos ao serviço das populações e do País e mais ao serviço de determinados interesses)”, remata.

(\*) Jornalista do “Campeão” em Lisboa

## ELEIÇÃO DO REITOR DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

# “FASQUIA” SUBIDA PELO DIRECTOR DA FDUC AINDA SEM RESPOSTA DO CONSELHO GERAL

R.A.

A presidente do Conselho Geral da Universidade de Coimbra declina, por ora, pronunciar-se acerca das considerações do director da Faculdade de Direito, divulgadas através da nossa edição electrónica, sobre as implicações da alteração a que vai ser sujeito o Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior.

O “Campeão” interpeleou Maria da Glória Garcia, convidando-a, por um lado, a facultar o seu ponto de vista ao Jornal e, por outro, a pronunciar-se sobre a circunstância de, em determinada medida, o CG ser chamado a “julgar em causa própria”.

“O CG não se pronuncia sobre legislação que ainda não está em vigor”, indicou a presidente do órgão, assinalando que “somente após a publicação em Diário da República” será apreciado pelos 35 membros do Conselho Geral o novo teor do RJIES.

O Conselho Geral da Universidade de Coimbra reúne-se a 29 de Junho, sendo que da ordem de trabalhos consta o regulamento inerente à eleição do(a) futuro(a) reitor(a), mas acontece que o agendamento foi encarado numa ocasião em que o Parlamento ainda não tinha aprovado a nova versão do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior. A votação final do diploma por parte dos membros da Assembleia da República ocorreu a 08 de Maio (sexta-feira).

Perante a pertinência do assunto, o “Campeão” instou, sábado, o jurista Pedro Gonçalves, director da Faculdade de Direito de Coimbra (FDUC), no sentido de o catedrático de Direito Público divulgar o seu ponto de vista acerca do reflexo da medida parlamentar na eleição do(a) sucessor(a) de Amílcar Falcão.

O jurista foi interpelado pelo nosso Jornal acerca do alcance da aplicabilidade



O Conselho Geral da Universidade de Coimbra reúne-se a 29 de Junho, sendo que da ordem de trabalhos consta o regulamento inerente à eleição do(a) futuro(a) reitor(a)

do regime jurídico em vias de entrar em vigor, numa altura em que parecem despontar candidaturas dos vice-reitores Alfredo Dias (Ciências e Tecnologia) e Delfim Leão (Letras), de Carlos Robalo Cordeiro (Medicina) e da ex-vice-reitora Cláudia Cavadas (Farmácia).

Se a nova versão do RJIES entrar em vigor num horizonte de quatro meses, o(a) futuro(a) reitor(a) da UC “terá de ser eleito pelas novas regras”, defende o especialista de Direito Administrativo.

Segundo Pedro Gonçalves, a partir da entrada em vigor do novo RJIES, o Conselho Geral dispõe do prazo (máximo) de oito meses para aprovar novos estatutos. Assim, para o jurista, “tudo indica ir haver novos estatutos antes do fim do mandato do reitor” cessante.

Como o mandato cessante expira no primeiro trimestre de 2027, o catedrático de Direito Administrativo assinala que o mesmo poderá ser prolongado até à eleição do(a) futuro(a) reitor(a).

### Questão de legitimidade

Neste contexto, Pedro Gonçalves faz notar que “solução diferente” consistiria em, antes, ser eleito(a) um(a) novo(a) reitor(a) “com as regras antigas e estando em vigor uma lei nova”.

“Além disso”, acentua, “terá de estar em curso (e

em fase final) a elaboração de novos estatutos” da Universidade de Coimbra.

Ao acenar com um “absurdo que diminuiria a UC”, o director da Faculdade de Direito alega ser “incompreensível que ela, podendo eleger um(a) reitor(a) com legitimidade alargada, preferisse ter um com legitimidade curta ou, no novo contexto, sem legitimidade”.

Em jeito de exortação ao CG, o jurista faz notar que, caso a nova versão do RJIES esteja publicada em Diário da República a 29 de Junho, “todo esse processo deve ser parado”.

“Se o novo regime jurídico não estiver ainda publicado, o CG deve dar andamento ao processo eleitoral e, então, convocar uma reunião extraordinária para revogar esse processo logo que o RJIES seja publicado, naturalmente, se isto acontecer”.

A nova versão do RJIES, aprovada com votos da AD, Chega e Iniciativa Liberal, implica a subtracção ao Conselho Geral da UC (composto por 35 membros) da competência para eleger o reitor.

O futuro diploma estabelece um figurino de escolha directa alargado a toda a comunidade académica (inclusive aos antigos alunos).

Para o Ministério da tutela, fica, assim, garantida “uma participação mais democrática na governação das instituições”.

Os votos dos professores e investigadores são

ponderados em 40 a 45 por cento para eleição do reitor, os dos estudantes em 20 a 25, os do pessoal técnico e administrativo em 10 a 15 e os dos antigos estudantes em 15 a 20.

### “Ambiguidade (in)conveniente”

A forma resoluta como o director da FDUC abordou o assunto não deixou indiferentes os membros da comunidade académica conimbricense.

Professora catedrática de Biodiversidade e Ecologia, Helena Freitas, antiga vice-reitora da UC, entendeu afirmar, publicamente, que “a posição expressa”, através do “Campeão”, pelo catedrático de Direito Público, “merece acolhimento pela sua clareza e pela sua oportunidade”.

“A intervenção pública” de Pedro Gonçalves possui “um valor que excede o plano tecnico-jurídico; num momento em que poderia instalar-se a ambiguidade conveniente sobre a aplicabilidade temporal do novo regime, a sua posição fixa o sentido correcto com a autoridade de quem conhece o Direito e não receia dizê-lo”, opina a ex-vice-reitora.

Para Helena Freitas, “um Conselho Geral de composição fechada, por mais competente que seja nos seus membros individuais, não oferece as garantias de pluralismo e de independência que uma eleição directa assegura por definição”.

## Eleição do Reitor(a) com novas regras



HELENA FREITAS\*

A posição expressa no jornal Campeão das Províncias pelo Professor Pedro Gonçalves (online e digital da passada sexta-feira), Director da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, merece acolhimento pela sua clareza e pela sua oportunidade. Com a aprovação parlamentar da revisão do RJIES, o futuro reitor ou reitora da UC terá necessariamente de ser eleito ao abrigo das novas regras. Não se trata de uma opção interpretativa entre outras: trata-se da aplicação elementar do princípio da legalidade.

O novo regime representa uma ruptura com um modelo que concentrava numa instância restrita (o Conselho Geral) a decisão sobre quem deve liderar a universidade. O diploma aprovado estende o sufrágio a toda a comunidade académica, conferindo voto ponderado a docentes, investigadores, estudantes, pessoal técnico e administrativo, e antigos alunos. É, em termos de governação universitária, o reconhecimento de um princípio que deveria ser pacífico: o de que a legitimidade do poder se funda na representatividade do processo que o institui.

Um Conselho Geral de composição fechada, por mais competente que seja nos seus mem-

bro individuais, não oferece as garantias de pluralismo e de independência que uma eleição directa assegura por definição. A concentração desta decisão num colégio restrito cria condições objectivas para que interesses institucionais particulares - e não necessariamente o interesse colectivo da universidade - orientem a escolha. Não é uma acusação; é uma observação estrutural sobre os limites de qualquer sistema de cooptação, por mais bem-intencionado que seja.

A intervenção pública do Professor Pedro Gonçalves tem, por isso, um valor que excede o plano tecnico-jurídico. Num momento em que poderia instalar-se a ambiguidade conveniente sobre a aplicabilidade temporal do novo regime, a sua posição fixa o sentido correcto com a autoridade de quem conhece o direito e não receia dizê-lo.

A Universidade de Coimbra tem, nesta matéria, uma oportunidade que não deve desperdiçar: a de iniciar um novo ciclo de liderança com uma legitimidade democrática que o modelo anterior nunca pôde, por construção, garantir.

(\*) Professora Catedrática da Universidade de Coimbra

## ASCENSOR

### ↑ A SUBIR

**JOÃO NUNO CALVÃO DA SILVA** – No recente seminário “Pobreza e Educação: dimensões, trajectórias e desafios” (promovido pela delegação de Coimbra da Rede Europeia Anti-Pobreza que tem o Professor Fernando Guerra como principal responsável), o Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, João Nuno Calvão da Silva, assumiu um papel de destaque ao proferir um discurso marcado pela acutilância social e pelo humanismo. Longe da neutralidade institucional, o orador apresentou-se como uma consciência crítica perante o estado actual da civilização. João Nuno não hesitou em classificar a sociedade contemporânea como “profundamente doente”, identificando na pobreza e no fosso crescente entre ricos e pobres a patologia central do nosso tempo. O seu foco não se cingiu apenas à pobreza extrema, mas sim ao enfraquecimento sistémico da classe média e ao aumento das desigualdades. Numa análise perspicaz, o protagonista alertou para o paradoxo do progresso tecnológico. Para João Nuno Calvão da Silva, os avanços na robótica e na inteligência artificial têm servido, lamentavelmente, para concentrar riqueza nas mãos de poucos, enquanto a pobreza continua a aumentar em vez de diminuir com a evolução da ciência. Um dos momentos mais impactantes da sua intervenção foi o recurso à própria história familiar para ilustrar a falência do elevador social. Ao evocar o percurso do seu pai - que, vindo de uma aldeia do interior, conseguiu atingir os mais altos patamares políticos e académicos através da Educação na Universidade de Coimbra -, o Vice-Reitor expressou o receio de que essa mesma esperança de mobilidade social esteja hoje perdida para as novas gerações. E o orador concluiu com um aviso severo sobre as consequências políticas da frustração social. Segundo João Nuno Calvão da Silva, o crescimento da pobreza é o terreno onde florescem discursos de ódio, xenofobia e racismo, onde líderes populistas exploram o medo das populações.

**JOÃO RASTEIRO** – A Câmara Municipal de Coimbra aprovou, por unanimidade, na reunião de segunda-feira, 11 de Maio, a atribuição da Medalha de Mérito Cultural da Cidade de Coimbra ao escritor, poeta e ensaísta João Rasteiro. Com esta distinção, o Município reconhece o percurso literário de João Rasteiro, a presença da sua obra dentro e fora do país e a relação próxima que o autor sempre manteve com Coimbra. Natural de Ameal, aqui próximo, onde nasceu em 1965, João Rasteiro tem construído uma vida dedicada à palavra, à poesia e à cultura, conciliando a criação literária com o trabalho desenvolvido no município, nomeadamente na Casa da Escrita. Licenciado em Estudos Portugueses e Lusófonos pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, João Rasteiro é uma das vozes relevantes da poesia portuguesa das últimas décadas. A sua obra encontra-se publicada e divulgada em cerca de duas dezenas de países, com poemas traduzidos para várias línguas, entre as quais o espanhol, italiano, catalão, inglês, francês, checo, japonês, finlandês, húngaro e occitano. Entre as obras do autor contam-se títulos como A Respiração das Vértebras, No Centro do Arco, Os Cílios Maternos, O Búzio de Istambul, Diacrítico, A Divina Pestilência, A Rose is a Rose is a Rose et Coetera, Levedura e Governadores de Orvalho. Mais recentemente, venceu o Prémio Literário Alves Redol 2025 com a obra As Moscas do Café Triste. A sua obra tem merecido reconhecimento crítico e institucional. Graça Capinha, professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, descreveu a poesia de João Rasteiro como “uma poesia do corpo, físico e essencialmente do corpo da linguagem”, assinalando influências que vão de Herberto Helder a Gertrude Stein. Com esta distinção, Coimbra presta homenagem a um criador que, pela palavra, pela acção cultural e pela fidelidade à cidade, bem comprovada pela sua humildade natural e elegância de relacionamento, tem contribuído para valorizar o património literário e simbólico do concelho. A atribuição da Medalha de Mérito Cultural inscreve-se nas distinções honoríficas municipais destinadas a reconhecer personalidades e entidades que se destacam pelo mérito, pelo prestígio e pelo contributo para a afirmação de Coimbra. Na mesma reunião, foi também aprovada a Medalha de Mérito Social a João Pedro Gaspar, responsável da PAJE, uma Plataforma de Apoio a Jovens (Ex)acolhidos, que visa promover a inclusão social e laboral de jovens adultos.

## FIGURA DA SEMANA

### O PROTAGONISMO DE SEABRA SANTOS NA GESTÃO DO RIO MONDEGO

O antigo Reitor da Universidade de Coimbra (UC), Professor Fernando Seabra Santos, tem assumido um papel central e de liderança no debate técnico e cívico sobre as cheias do Mondego, particularmente após os eventos de Fevereiro deste ano. Especialista em Engenharia Hidráulica e doutorado em Oceanografia Física, Seabra Santos utiliza o seu vasto currículo académico e profissional para alertar que o rio, no seu troço entre Coimbra e a Figueira da Foz, não deve ser visto como um sistema natural, mas sim como uma complexa obra de engenharia que exige cuidado constante. Actualmente, Seabra Santos lidera um grupo de trabalho multidisciplinar da UC, composto por diversos académicos, dedicado a estudar as causas e consequências das cheias. O seu diagnóstico é contundente: o sistema hidráulico projectado na década de 70 continua actual, mas sofre de um “abandono” e falta de manutenção crónica. Entre as principais falhas apontadas pelo especialista destacam-se a vegetação descontrolada, com o crescimento de árvores de grande porte nos diques de aterro, que compromete a impermeabilidade das camadas de argila e eleva o nível do caudal em cerca de 20 centímetros. O assoreamento também é crítico (o leito do rio em Coimbra subiu aproximadamente 15 metros desde o século XIV), com Seabra Santos a estimar que o rio assoreie a uma velocidade de 70 mil metros cúbicos por ano, defendendo dragagens regulares para baixar o nível das cheias. Mas mais do que criticar, Seabra Santos tem apresentado soluções concretas e participado em sessões públicas para sensibilizar a sociedade e os decisores políticos, preconizando a criação de uma estrutura local e dedicada para a manutenção diária do rio, argumentando que um investimento anual de 10 milhões de euros evitaria prejuízos decenais que ultrapassam os 200 milhões de euros. A autoridade de Seabra Santos sobre o tema tem sido reconhecida, sendo bastante solicitado e participado em iniciativas onde analisa o desempenho das barragens e a resistência dos diques face aos novos desafios climáticos. As conclusões finais do seu actual grupo de trabalho serão publicadas em Outubro, prometendo ser o guia fundamental para a futura estratégia de intervenção no território do Baixo Mondego.



### REGIÃO DE COIMBRA E O PAÍS DESPEDIRAM-SE DE CARLOS BRITO

A Região de Coimbra e o país despediram-se, na semana passada, de Carlos Brito, uma das vozes históricas do comunismo português e figura incontornável da vida política nacional no período que se seguiu ao 25 de Abril. Antigo dirigente do PCP, líder parlamentar comunista e candidato à Presidência da República, Carlos Brito morreu aos 93 anos, em Alcoutim, no Algarve, terra ligada às origens da sua família e onde viveu os últimos anos, afastado da actividade política mais intensa, mas sempre atento ao país e às causas cívicas. Nascido em Moçambique, em 1933, Carlos Brito dedicou quase meio século da sua vida ao Partido Comunista Português. Conheceu a clandestinidade, a prisão e a dureza da resistência à ditadura, antes de se afirmar, em democracia, como uma das presenças mais sólidas e respeitadas da Assembleia da República, onde foi deputado durante 16 anos, 15 dos quais como líder parlamentar do PCP. Homem de convicções firmes, mas também de reflexão crítica, marcou a esquerda portuguesa não apenas pela disciplina militante, mas pela coragem com que, em diferentes momentos, assumiu divergências e defendeu caminhos de renovação política. Nos últimos anos, dedicou-se à escrita, à poesia, à ficção e ao associativismo ligado ao desenvolvimento regional. Com a sua morte, desaparece uma figura de grande densidade humana e política, cuja vida atravessou alguns dos momentos mais decisivos da história contemporânea portuguesa.



### ÁLVARO MAIA SECO: COIMBRA PERDEU UMA VOZ DA ACADEMIA E DA CIDADANIA

Coimbra despediu-se, na semana passada, de Álvaro Maia Seco, professor da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra e figura ligada, durante décadas, à vida académica, cívica e política da cidade. Engenheiro civil de formação, Álvaro Maia Seco construiu um percurso marcado pelo conhecimento, pela intervenção pública e por uma dedicação constante às causas de Coimbra. Foi docente universitário, investigador na área dos transportes e antigo presidente da Metro Mondego, projecto ao qual ficou associado num dos períodos mais relevantes do debate sobre a mobilidade na região. A sua participação na vida pública levou-o também à política autárquica. Em 2009, foi candidato do Partido Socialista à Câmara Municipal de Coimbra, num momento em que assumiu, com sentido de serviço, uma visão para o futuro da cidade. Licenciado em Engenharia Civil pela Universidade de Coimbra, mestre em Construção de Edifícios pela Universidade do Porto e doutorado em Engenharia dos Transportes pela Universidade de Leeds, no Reino Unido, Álvaro Maia Seco deixou igualmente uma marca importante no ensino superior e na formação de sucessivas gerações de estudantes.



### JOSÉ MANUEL GODINHO MATOS ROMÃOZINHO: O ADEUS A UM MÉDICO QUE HONROU COIMBRA E A MEDICINA PORTUGUESA

Coimbra despediu-se de José Manuel Godinho Matos Romãozinho, médico gastroenterologista e professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, que faleceu no passado domingo, aos 77 anos, nos Hospitais da Universidade de Coimbra. Figura respeitada no meio clínico e académico, José Manuel Romãozinho deixou um percurso marcado pela competência, pelo rigor científico e por uma dedicação exemplar à medicina. Ao longo da sua carreira, afirmou-se como uma referência da gastroenterologia em Portugal, tanto pela actividade hospitalar como pelo trabalho desenvolvido no ensino e na investigação. Na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, onde formou sucessivas gerações de médicos, destacou-se pela exigência, pela solidez do conhecimento e pela capacidade de abrir caminhos numa área em constante evolução. No plano hospitalar, esteve ligado ao Serviço de Gastroenterologia dos HUC, onde assumiu responsabilidades relevantes, designadamente na Unidade de Cuidados Intensivos daquela especialidade. Reconhecido pelos seus pares e estimado pelos doentes, José Manuel Romãozinho aliava ao prestígio profissional uma dimensão humana que muitos recordam com gratidão. Era descrito como um homem culto, afável e de grande sociabilidade, capaz de criar laços duradouros dentro e fora da vida académica e hospitalar. Naturalmente ligado a Coimbra pelo seu percurso profissional, mantinha também uma forte relação com o Alto Alentejo, em particular com Montalvão, no concelho de Nisa, terra das suas origens.



## NOVA LEI REFORÇA TRANSIÇÃO DOS CUIDADOS PEDIÁTRICOS PARA OS SERVIÇOS DE ADULTOS

Foi publicada na quinta-feira, 8 de Maio, em Diário da República, a Lei n.º 19/2026, que reforça os direitos dos jovens na passagem dos cuidados pediátricos para os serviços de saúde destinados a adultos. O diploma determina que, quando o doente atinge a maioridade, a transição deve ser feita de forma gradual e ajustada às suas necessidades médicas, psicossociais e educacionais, garantindo um acompanhamento mais seguro e adequado a cada situação. A lei reconhece ainda o direito ao acompanhamento familiar dos jovens que completem 18 anos durante um internamento, mantendo esse apoio pelo período considerado necessário, em articulação entre os serviços pediátricos e os serviços de adultos.

## ARQUITECTURA MANTÉM ACTIVIDADE EM OUTROS ESPAÇOS DA UC

O Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra encontra-se a funcionar em pleno noutros espaços da instituição, na sequência dos danos provocados pela tempestade Kristin e do início de obras de requalificação. A Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (FCTUC) refere que está concluído o processo de reorganização das actividades do Departamento de Arquitectura, também com o início da empreitada de requalificação do Colégio das Artes. “Está garantido o pleno funcionamento do DARQ noutros espaços da Universidade de Coimbra (UC), com todas as condições para os estudantes que frequentam o Departamento ou nele vão ingressar no próximo ano lectivo”, destacou. As actividades do Departamento de Arquitectura estão neste momento distribuídas por diferentes espaços do Pólo I da UC, como os Colégios de Jesus, de São Bento e das Artes [ala poente], e os Departamentos de Matemática, Física e Química. Já as actividades do curso de Design e Multimédia da FCTUC, que também estava sediado no Colégio das Artes, foram transferidas para o Departamento de Engenharia Informática, no Pólo II da UC.

## SEIS DOUTORES DA FACULDADE DE DIREITO RECEBERAM AS INSÍGNIAS

A Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra recebeu, no passado domingo, mais um dos importantes actos da Academia: com o cerimonial próprio, realizou-se a Imposição de Insígnias de seis Doutores da Faculdade de Direito. Receberam as insígnias (borla e capelo) os seguintes Doutores (tendo como padrinhos os docentes referidos entre parêntesis): José Eduardo de Oliveira Figueiredo Dias (José Carlos Vieira de Andrade); Cláudia Maria Cruz Santos (Maria João da Silva Baila Madeira Antunes); Susana Maria Aires de Sousa (António Pedro Nunes Caeiro); André Gonçalo Dias Pereira (Jorge Ferreira Sinde Monteiro); Ana Margarida Simões Gaudêncio (José Manuel Aroso Linhares); Maria Matilde Lavouras (José Casalta Nabais). Os elogios dos Doutores e dos Padrinhos foram proferidos, respectivamente, por Ana Mafalda Castanheira Neves de Miranda Barbosa e Filipe Cassiano Nunes dos Santos, também docentes da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

## COIMBRA APOIA INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES

A Câmara de Coimbra aprovou a atribuição de um apoio financeiro de 27 mil euros ao Centro de Acolhimento João Paulo II, verba destinada a assegurar a continuidade do CLAIM - Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes. O apoio financeiro municipal servirá para compartilhar os custos com a equipa técnica afecta ao serviço, bem como despesas correntes consideradas essenciais para manter o funcionamento do CLAIM, actualmente a única estrutura de proximidade do concelho exclusivamente dedicada ao apoio à população migrante. Entre as áreas de intervenção estão a regularização documental, a mediação intercultural, a integração social e o encaminhamento para serviços de saúde, educação, habitação e emprego. Em 2025, o centro realizou 3.094 atendimentos, abrangendo situações relacionadas com regularização documental, reagrupamento familiar, pedidos de asilo e retorno voluntário. No mesmo período, acompanhou socialmente 97 famílias.

## FACTO DA SEMANA

### A FORÇA DA JUVENTUDE E O FUTURO DE COIMBRA

A Universidade de Coimbra (UC) testemunha um momento de renovação e esperança com o lançamento do projecto “Spark: Bright Ideas, Brilliant Minds”. Esta iniciativa, promovida pela Associação Académica de Coimbra (AAC) em parceria com a UC e a Comissão Organizadora da Queima das Fitas, coloca os estudantes no centro da solução para os desafios estruturais da cidade. O projecto Spark funciona como um “orçamento participativo” que convida os jovens a aplicar o seu espírito crítico e irreverência para propor soluções concretas em áreas vitais como a habitação e a mobilidade. Como bem salientou o presidente da DG/AAC, José Machado, os estudantes são os “motores da mudança” necessários para enfrentar os desafios de uma sociedade que exige justiça e coesão social. O “Spark” foi apresentado na Estufa do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, “local emblemático e ideal para acolher o lançamento da iniciativa que pretende ser também a semente para a mudança”, como referiu Filipa Silva, coordenadora do Pelouro da Direcção da AAC de Ligação à Cidade e ao Antigo Estudante. Já João Nuno Calvão da Silva, Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, felicitou a iniciativa, que revela o espírito crítico dos jovens e a sua preocupação com os problemas da cidade em particular, e da sociedade em geral. O Vice-Reitor considerou, ainda, que a escolha dos problemas de habitação e mobilidade, “que são estruturais e não exclusivos da cidade de Coimbra”, foi uma boa escolha, sobretudo porque “são vitais para o desenvolvimento das sociedades e, quando não respondem às necessidades das populações, minam o modelo democrático, na medida em que a democracia não está a honrar a igualdade de oportunidades”. No essencial esta iniciativa dos estudantes não é apenas um concurso de ideias; é uma semente para a mudança e os projectos seleccionados passarão por fases de inscrição, workshops técnicos para serem aprimorados, e avaliação estudantil, contando com apoio financeiro para a sua implementação real na cidade. A iniciativa dos estudantes alinha-se de forma providencial com a visão partilhada por Miguel Antunes (vice-presidente da Câmara Municipal) e Nuno Mendonça (vice-Reitor da UC) sobre o futuro económico de Coimbra, num texto publicado no semanário Expresso. Segundo a análise destas duas personalidades, Coimbra tem vivido num “equilíbrio de baixo nível”, não por falta de talento ou ciência, mas por uma histórica falta de coordenação entre os seus activos. Para eles, o sucesso da cidade depende de transformar o conhecimento em matéria-prima económica através de quatro condições essenciais: integração Universidade-Cidade para tratar o conhecimento e os “skills” [habilidade e destreza] como infra-estrutura económica central; especialização inteligente para focar em clusters onde a cidade já possui massa crítica, como saúde, biotecnologia, aeroespacial e tecnologias verdes; ecossistema de crescimento para criar condições não apenas para o nascimento de startups, mas para o crescimento de scale-ups [aumento de escala] que fixem emprego qualificado; assim como coordenação institucional para a criação da plataforma Go Coimbra para ligar o Ensino Superior, empresas e políticas públicas. Enquanto o projecto “Spark” mobiliza a “massa crítica” juvenil para resolver problemas imediatos de habitabilidade e mobilidade, a visão estratégica de Miguel Antunes e Nuno Mendonça oferece o mapa para que essa energia se converta num ciclo virtuoso de crescimento a longo prazo. Coimbra deixa de ser a “cidade do potencial não coordenado” para se tornar um espaço onde as instituições não apenas coexistem, mas colaboram activamente para um futuro comum.



Parceria entre a AAC e a Universidade de Coimbra coloca os estudantes no centro da solução para os desafios estruturais da cidade

## BAIXA DE COIMBRA VAI TER TAPETE DE FLORES

Flores e plantas cruzam-se com a gastronomia tradicional em Coimbra, no próximo sábado, na Baixa da cidade, com 42 expositores. A iniciativa vai “invadir pacificamente a Baixa”, reunindo nas Praças 8 de Maio e do Comércio e nas artérias adjacentes mais de quatro dezenas de expositores, “entre viveiristas, floristas, associações culturais e recreativas, IPSS e outros agentes ligados ao património verde”, revelou a vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Coimbra, Margarida Mendes Silva. No âmbito das comemorações do Ano Internacional da Mulher na Agricultura, o evento vai também assinalar “o contributo das mulheres na produção agrícola e alimentar e na preservação das tradições”. O “destaque mais visível” de sábado vão ser os tapetes floridos, concebidos maioritariamente com flores naturais, que estarão distribuídos pelo átrio dos Paços do Concelho, Praça 8 de Maio, ruas Direita, da Moeda, da Louça e do Corvo, Largo do Poço, ruas dos Sapateiros, das Padeiras, Rua e Largo Paço do Conde, Igreja de São Tiago, escadas de São Bartolomeu, Praça do Comércio e Escadas do Gato.

## RAINHA SANTA ISABEL VOLTA A SAIR À RUA EM COIMBRA COM DUAS PROCISSÕES

Coimbra volta este ano a viver um dos momentos mais marcantes do seu calendário religioso e identitário: as celebrações em honra da Rainha Santa Isabel, padroeira da cidade, que em 2026 voltam a integrar as duas grandes procissões da tradição — a Procissão Penitencial e a Procissão Solene. As Festas da Rainha Santa Isabel, uma das mais importantes manifestações religiosas do país, ganham especial expressão nos anos pares e unem fé, devoção, património e memória histórica nas ruas de Coimbra, atraindo milhares de fiéis, devotos e visitantes. O programa religioso arranca nos dias 1, 2 e 3 de Julho, com o Tríduo Preparatório, antecedendo a Solenidade

de Santa Isabel de Portugal, que se assinala a 4 de Julho, data particularmente simbólica para o culto da Rainha Santa Isabel, por corresponder ao dia da sua morte. A Procissão Penitencial realiza-se a 9 de Julho e assume um carácter de recolhimento, oração e cumprimento de promessas. Neste momento de profunda devoção, a imagem da Rainha Santa Isabel é conduzida da Igreja da Rainha Santa, no Mosteiro de Santa Clara-a-Nova, até à Igreja de Santa Cruz. Já a Procissão Solene está marcada para 12 de Julho, assinalando o regresso da imagem ao templo da Rainha Santa, num dos momentos mais participados das festividades e de maior expressão pública da devoção à padroeira de Coimbra. Com vários séculos de história, as Festas da Rainha Santa Isabel continuam a cruzar espiritualidade, tradição e identidade local, mantendo viva uma devoção profundamente enraizada na cidade e no país.

## BERNARDO BEJA ENCERRA JORNADAS DE TEATRO AMADOR NA FIGUEIRA DA FOZ

O encenador figueirense Bernardo Beja apresenta, no dia 23, às 21h30, no Centro de Artes e Espectáculos da Figueira da Foz, a peça “A Torre das Amoreiras”, que encerra a 48.ª edição das Jornadas de Teatro Amador. A peça cruza referências de “A Torre de Defesa”, de Copi, e de “Casa de Bonecas”, de Henrik Ibsen, numa adaptação construída pela equipa artística. O elenco, composto por seis intérpretes, apresenta um universo teatral entre a comédia absurda e o conflito familiar, com uma leitura crítica e satírica da sociedade. Criada há cerca de dois anos com apoio da Fundação Gulbenkian, no âmbito dos 50 anos do 25 de Abril, a peça estreou-se em Lisboa, na Companhia Portuguesa de Bailado Contemporâneo. Natural da Figueira da Foz e residente em Lisboa, Bernardo Beja formou-se em Interpretação, Gestão e Estudos de Cultura. É professor e dirigente artístico e financeiro na Escola Profissional de Teatro de Cascais e no Teatro Experimental de Cascais.

# S. MARTINHO DO BISPO IRÁ VIVER SEIS DIAS DE SEMANA CULTURAL

LUÍS SANTOS

A Semana Cultural de São Martinho do Bispo é um dos eventos anuais mais dinâmicos desta freguesia do concelho de Coimbra e a 22.ª edição irá realizar-se de 5 a 10 de Junho, este ano com um programa condensado em seis dias.

Frequentemente referida como as "Tasquinhas de S. Martinho", a iniciativa combina animação musical com uma forte componente de gastronomia regional, artesanato, contando com a presença de associações, colectividades e instituições desta freguesia.

"Devido ao impasse que se verificou na constituição do executivo da Junta a Semana Cultural foi preparada num curto espaço de tempo, mas aí está e vai realizar-se com seis dias de festa, em vez dos habituais dez dias", refere a presidente da União de Freguesias (UF) de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades.

Conforme destaca Laura Fonseca, as entradas para a Semana Cultural são este ano gratuitas em



Mário Pratas, tesoureiro, e Laura Fonseca, presidente da UF de S. Martinho e Ribeira, apresentaram a iniciativa que vai decorrer no recinto da Feira, em Bencanta

todos os dias, com a Junta da UF a investir cerca de 90 mil euros. O local da realização é o habitual, no amplo espaço da Feira dos 7 e dos 23, em Bencanta, que assim constitui um ponto de encontro para a comunidade local e visitantes, com o recinto aberto após o meio-dia, possibilitando o serviço de almoços.

A Semana Cultural irá contar com 45 expositores, acolhendo várias tasquinhas geridas por associações locais, oferecendo pratos típicos da região, além de bares e expositores de artesanato, comércio e serviços. Marcam também presença as Comissões de Festas de S. Martinho, de S. Bento e Ribeira de Frades.

Para além de se ficar a conhecer a actividade associativa, cultura e desportiva da freguesia de S. Martinho do Bispo, a Semana Cultural permite que as colectividades arrecadem receitas para as iniciativas que realizam ao longo do ano, sendo assim um contributo da autarquia, para além dos apoios normais que concederá.

Um dos momentos altos da festa é o encerramento, no feriado de 10 de Junho, com as Marchas Populares, a partir das 20h30, que envolvem diversos grupos da freguesia e arredores numa demonstração de cor e música tradicional. Mas este dia é também o de encontro de gerações, com a presença de idosos e com um ka-

raoke infantil, a partir das 16h00.

## O programa

A Semana Cultural abrirá a 5 de Junho (sexta-feira) às 18h00 e nesse dia tem as actuações de Trapos e Farrapos (21h00), Flor (23h00) e animação com o DJ Magic Kid (1h00). No dia 6 (sábado) o programa inclui animação com For You (21h00) e a actuação de Ruth Marlene (23h00), com a noite a prosseguir com o DJ Danny Lopes.

No domingo dia 7 de Junho será a vez de subirem ao palco Emanuel Moura (21h00), David Antunes & The Midnight Band (23h00) e o DJ Braulio. No dia 8 o programa nocturno será preenchido pelo Grupo Trap Zap (21h00) e o DJ Faby D.

No dia 9 a animação estará por conta de João Myles com Samba Nutrio (21h00) e o DJ Rodrigo. No Dia de Portugal, o feriado de 10 de Junho, a Semana Cultural encerra com as Marchas Populares (20h30) de Ribeira Nova Geração, São Martinho do Bispo, Carapinheira, Cegonha e Cheira.

# RJIES PODE MUDAR FUTURO DO IPC

A aprovação parlamentar da revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior pode alterar o enquadramento da discussão sobre o futuro do Instituto Politécnico de Coimbra. Dois dias antes da votação final global do diploma na Assembleia da República, no 105.º aniversário do ISEC, Cândida Malça descreveu um ensino superior atravessado por alterações legais, decisões sobre novas universidades e debate sobre reorganizações e fusões institucionais.

Na intervenção de 6 de Maio, no Instituto Superior de Engenharia de Coimbra, a presidente do IPC falou de um "momento exigente", marcado por mudanças no enquadramento dos graus e diplomas, na legislação da ciência e na organização das instituições, e defendeu prudência antes de posições formais.

## Mudanças à vista

A Assembleia da República aprovou o diploma na sexta-feira, 8 de Maio. A revisão da lei de 2007 prevê, entre outras mudanças, a criação de universidades politécnicas, a designação única de reitor e maior flexibilidade para reorganizações, associações ou fusões entre instituições e unidades orgânicas.

Em Coimbra, a discussão pública centra-se numa eventual aproximação à Universidade de Coimbra ou na afirmação do IPC como universidade politécnica, possibilidade aberta pela nova lei a politécnicos com acreditação institucional sem condições.

Cândida Malça não tomou posição sobre cenário concreto e defendeu responsabilidade institucional. "É um tempo de incerteza, mas também de reflexão", afirmou, apontando "muito ruído" e "alguma pressão", muitas vezes assentes em "perspectivas individuais" e pouco sustentadas numa visão colectiva.

Sustentou que os órgãos devem aguardar pelo enquadramento legal antes de posições formais. "É um exercício de prudência, não de inação. Cada órgão deve ter liberdade de expressão, mas também o tempo necessário para pensar, avaliar e decidir de forma informada e responsável", disse.

Procurada pelo *Campeão das Províncias*, Cândida Malça não acrescentou declarações. Pela assessoria, a presidência do IPC indicou que "não pretende fazer mais comentários sobre o assunto referido para além do que já disse publicamente".

## União ou evolução

A fusão entre a Universidade de Coimbra e o Politécnico de Coimbra foi defendida publicamente por diversos sectores nos últimos anos, com argumentos ligados à partilha de instalações, laboratórios, recursos científicos e capacidade institucional. Jorge Conde, ex-presidente do IPC, vinha rejeitando a solução e alertou para o risco de o processo ser entendido como anexação do Politécnico pela Universidade.

Segundo o *Diário As Beirras*, o Conselho Geral do IPC decidiu avançar com um estudo externo sobre cenários para o futuro da instituição e mandou Cândida Malça, eleita em Maio de 2025, para auscultar a UC sobre formas de colaboração.

O Politécnico de Coimbra anunciou, em 2024, ter recebido acreditação máxima da A3ES por seis anos e sem condições. À luz da revisão do RJIES, essa condição pode permitir a conversão do IPC em universidade politécnica.

Com a nova moldura legal, o estudo externo referido pela imprensa regional e a auscultação à UC, o futuro do Politécnico passa agora por decisões institucionais que podem aproximá-lo da UC ou reforçar a sua afirmação como universidade politécnica.

# IMIGRAÇÃO É FUNDAMENTAL PARA TRAVAR DESPOVOAMENTO DO INTERIOR

A imigração consolidou-se como uma realidade estrutural do mercado de trabalho em Portugal, deixando de ser apenas uma tendência temporária. Um estudo desenvolvido pelo Centro de Formação Prepara Portugal, com base em dados de diversas entidades como o INE e a Segurança Social, revela que os trabalhadores estrangeiros são agora fundamentais para combater o despovoamento do interior e a escassez de mão-de-obra em sectores vitais.

Actualmente, cerca de 495 mil trabalhadores estrangeiros compõem a força de trabalho nacional, o que representa 13,4% do total - aproximadamente um em cada sete trabalhadores no país. Contudo,

esta presença é significativamente mais acentuada em áreas estratégicas como a agricultura, construção e turismo: Nestes sectores, os imigrantes já representam mais de 30% dos trabalhadores, ou seja, um em cada três.

Segundo a Confederação dos Agricultores de Portugal, 83% das empresas consideram a mão-de-obra estrangeira essencial, porque sem ela a produção estaria em risco. Por exemplo, em concelhos como Odemira o impacto é extremo, com a população estrangeira a ultrapassar os 68% dos residentes.

## Rejuvenescimento e sustentabilidade

Para além de preencherem postos de trabalho,

os imigrantes desempenham um papel crucial no equilíbrio demográfico. Em média, são nove anos mais jovens do que os trabalhadores portugueses. Este rejuvenescimento reflecte-se directamente na economia: o saldo para a Segurança Social é positivo em mais de 2,9 mil milhões de euros.

Apesar dos benefícios, o estudo do Prepara Portugal alerta que a imigração só será uma solução definitiva para o Interior se houver políticas de fixação eficazes. O director pedagógico do Centro, Higor Cerqueira, sublinha que "a imigração não pode ser vista apenas como resposta à falta de mão-de-obra".

Para transformar o fluxo migratório em repovoamento real, o estudo iden-

tifica necessidades urgentes como o acesso a habitação a custos controlados, programas de ensino da língua portuguesa e agilização no reconhecimento de qualificações. Acrescenta-se, também, o apoio ao empreendedorismo, uma vez que os imigrantes demonstram forte propensão para criar pequenos negócios que revitalizam economias rurais.

A conclusão do levantamento aponta para a necessidade de criar programas de recrutamento orientados para o território, ligando directamente as necessidades das empresas locais e IPSS aos fluxos migratórios, garantindo que a imigração se torne uma ferramenta estruturante de coesão territorial.



A presidente do IPC, Cândida Malça, defendeu a prudência nas discussões sobre a fusão com a UC

# JOÃO GABRIEL SILVA: "AS EMPRESAS TÊM DE NASCER JÁ A PENSAR NO MUNDO"

JOANA ALVIM  
LINO VINHAL

João Gabriel Silva, antigo Reitor da Universidade de Coimbra e actual presidente da Direcção do Instituto Pedro Nunes (IPN), fala sobre a missão da instituição, a ligação à Universidade, o novo papel no MIT-Portugal e o lugar de Coimbra na inovação tecnológica.

**Campeão das Províncias [CP]: O IPN acaba de assumir novas responsabilidades. Antes disso, importa explicar: afinal, o que é hoje o Instituto Pedro Nunes?**

João Gabriel Silva [JGS]: O IPN é um lugar raro, de energia positiva. É um sítio onde as pessoas estão ocupadas a construir coisas, a responder a desafios e a fazer acontecer, em vez de gastarem tempo a dizer mal dos outros.

Tem três vertentes de actuação. A primeira, e mais definidora, é a incubação: ajudamos empresas inovadoras a nascer e a crescer nos primeiros anos. A segunda são os laboratórios de investigação aplicada, que trabalham com empresas e, pontualmente, também dão origem a novas empresas. A terceira é a formação especializada, mais pequena, mas com um desenvolvimento recente e uma internacionalização interessantes.

**[CP]: Qualquer pessoa pode bater à porta do IPN com uma ideia?**

[JGS]: Absolutamente. O IPN está aberto a toda a gente. Naturalmente, muitas empresas vêm do mundo científico e tecnológico, porque é aí que surgem muitas ideias com potencial de mercado, mas não há restrições de origem, idade, género ou nacionalidade.

Recebemos candidaturas também do estrangeiro, incluindo de russos que fogem da guerra, iranianos e outras pessoas que procuram escapar a regimes autoritários. Não somos um campo de refugiados, há instituições próprias para essa missão, mas também não discriminamos ninguém pela sua origem, mesmo que tenhamos grandes discordâncias sobre as ações do seu país, pois não se pode responsabilizar um

cidadão pelas decisões do seu Governo. Portugal conhece bem a emigração e o exílio dos seus, particularmente antes do 25 de Abril, quando os portugueses eram bem recebidos mesmo em países que discordavam totalmente da guerra conduzida pelo Governo português.

**[CP]: Então quais são os critérios para o IPN aceitar um projecto?**

[JGS]: São dois. O primeiro é a inovação. A proposta tem de ser diferente do que já existe, pelo menos numa vertente relevante. Não tem de ser necessariamente tecnológica; pode estar por exemplo no posicionamento no mercado, mas tem de trazer algo novo.

O segundo é a viabilidade económica. No início nunca há certezas, mas os promotores têm de mostrar que conhecem a concorrência, que sabem qual é o seu factor de diferenciação e que existe alguém disposto a pagar pelo produto ou serviço. Há muitas ideias interessantes, mas é preciso perguntar: quem vai comprar isto? Se não houver resposta válida, é preciso voltar a pensar.

”

**A Universidade de Coimbra é campeã da adaptação pois, ao longo dos séculos, atravessou regimes e mudanças profundas, e soube sempre ser relevante**

**[CP]: O IPN financia essas empresas?**

[JGS]: Não. O IPN não é um investidor nem um banco e não financia empresas, embora ajude a encontrar financiamento. O que fazemos é apoiar a viabilização do projecto e preparar as empresas para terem melhores condições de sucesso.

Muitas vezes, quem chega com uma ideia não imagina a quantidade de assuntos que é necessário dominar para criar uma empresa: questões legais, fiscais, laborais, propriedade intelectual, patentes, marcas,



João Gabriel Silva: "Coimbra é uma cidade pequena, num país muito centralizado em Lisboa e Porto. Terem origem aqui quatro das seis maiores empresas portuguesas de software é extraordinário."

recrutamento, protótipos, procura do primeiro cliente, internacionalização. A amplitude do apoio que damos, que abrange tudo isto, é uma das razões pelas quais digo, com objectividade, que o IPN é a maior e melhor incubadora portuguesa.

Os nossos laboratórios também ajudam as empresas recém-nascidas a desenvolver protótipos e provas de conceito. Para um financiador ver uma tecnologia a funcionar é muito mais convincente do que apenas ouvir uma boa descrição.

**[CP]: E que ligação mantém hoje o IPN à Universidade de Coimbra?**

[JGS]: A ligação é fortíssima. O IPN é uma associação privada sem fins lucrativos, fundada por iniciativa da Universidade de Coimbra em 1990, e não recebe dinheiro do Orçamento do Estado. Mas, estatutariamente, o presidente da Direcção tem de ser professor da Universidade de Coimbra e a Universidade tem mais de 40% dos direitos de voto na Assembleia Geral.

É uma relação de complementaridade. A incubação de empresas está fora da missão central de uma universidade, que é ensinar e investigar. A investigação aplicada faz-se hoje também nas universidades (não era assim quando o IPN foi criado) mas, no IPN, esse é o foco único, ao contrário da Universidade onde está associada à investigação fundamental.

**[CP]: Olhando para a**

realidade "suja", marcada pelo lucro, e que a Universidade não se devia misturar com isso. Outros, entre os quais eu me incluía, defendiam o contrário: são sobretudo as empresas que criam riqueza, emprego e condições para uma vida digna, pelo que é nossa obrigação contribuir para a prosperidade da sociedade.

O IPN nasceu, em parte, como uma solução salomónica do Reitor Rui Alarcão: façam investigação aplicada com empresas, mas ao lado, não exactamente dentro da Universidade. Felizmente, hoje isso está resolvido. A ideia de que a Universidade deve relacionar-se com o tecido económico e social é consensual.

**[CP]: Que novas funções assumiu agora o IPN?**

[JGS]: O IPN passou a acolher a gestão executiva do Programa MIT-Portugal. É um programa que já existe há bastantes anos, com fases de maior e menor fulgor. O Governo entendeu que era preciso introduzir uma nova energia e convidou o professor João Pedro Barreto, da Universidade de Coimbra, também empreendedor incubado no IPN, para assumir a co-direcção, em conjunto com um colega da Universidade do Minho. A Fundação para a Ciência e a Tecnologia concordou que o IPN era o sítio adequado para suportar essa dinâmica.

Para nós, isto faz todo o sentido. Uma das missões mais desafiantes do IPN é ajudar as empresas a internacionalizar. Para a maioria das empresas inovadoras, sobretudo tecnológicas, o mercado português é demasiado pequeno. Pode ser relevante, mas é insuficiente. As empresas têm de nascer já a pensar no mercado internacional e a ligação ao MIT está totalmente alinhada com esta necessidade.

**[CP]: Essa ligação ao MIT é também um reconhecimento do papel do IPN?**

[JGS]: Sem dúvida. É o reconhecimento de que o IPN é um sítio onde as coisas acontecem e funcionam.

Nós apoiamos tanto empresas que ambicionam crescer muito como empresas pequenas, de nicho, que po-

dem ter cinco, dez ou vinte pessoas. Não queremos apenas "unicórnios". O que nos interessa é que sejam inovadoras e viáveis, mas para todas o mundo é o palco onde se têm de afirmar.

”

**A amplitude deste apoio é uma das razões pelas quais digo, com objectividade, que o IPN é a maior e melhor incubadora portuguesa**

**[CP]: O IPN deixou marcas fortes fora de si próprio?**

[JGS]: Sem dúvida. As pessoas talvez não tenham noção, mas das seis maiores empresas portuguesas de software, quatro têm origem no ecossistema do IPN: a Critical Software, a Feedzai, a Wit Software e a Critical TechWorks, esta uma joint venture da Critical Software com a BMW.

Coimbra é uma cidade pequena, com cerca de 100 mil residentes, num país muito centralizado em Lisboa e Porto. Terem origem aqui quatro das seis maiores empresas portuguesas de software é extraordinário. É uma das razões pelas quais dizemos, sem falsa modéstia, que o IPN é a maior e melhor incubadora portuguesa. E tenho enorme orgulho que três dessas empresas tenham saído directamente do meu grupo de investigação.

**[CP]: Com a informática, a inteligência artificial e esta aceleração tecnológica, onde é que vamos parar?**

[JGS]: Não vamos parar. A tecnologia continuará a avançar, embora seja difícil saber exactamente até onde e a que ritmo. Há áreas em que estamos mais perto, como a produção de proteína sintética, os chamados bifes sintéticos, que acredito que acabará por se afirmar, mas muitas outras não sabemos. A inteligência artificial está em desenvolvimento rapidíssimo, não sabemos até onde conseguirá ir.

Há sempre incerteza. Muitas vezes achamos que estamos perto de uma solução e depois o tempo mostra que a distância era maior. O melhor exemplo é a fusão nuclear: há mais de 50 anos que se diz que estará pronta daí a 50 anos. O horizonte move-se sempre.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE

# LUÍS PAULO COSTA: “O ARGANILENSE DE ENFRENTAR E ULTRAPASSAR

MARCELO DOMINGUES

**L**uís Paulo Carreira Fonseca da Costa (Arganil, 1972) chegou ao Executivo camarário em 2005, vindo da participação cívica, do movimento associativo, da ligação à freguesia de São Martinho da Cortiça e de uma formação que serviu a autarquia num momento em que era preciso pôr a casa em ordem.

Mais de duas décadas depois, o presidente da Câmara Municipal de Arganil encara o poder local como uma tensão permanente entre realização e angústia. De um lado, a possibilidade de idealizar e concretizar. Do outro, os desequilíbrios territoriais, a escassez de meios e os contratempos que atravessaram os seus mandatos.

Chegou à liderança do município em 2017, uma semana depois dos grandes incêndios de Outubro, e enfrentou depois o rescaldo dessa crise, enxurradas, a pandemia, o incêndio de Agosto de 2025 e outros fenómenos extremos. Esse percurso ajuda a explicar a sua visão sobre a gestão do concelho, dependente tanto da atracção de investimento como da resistência de um território de montanha e floresta.

Nesta entrevista, fala do amor à terra, da necessidade de uma nova matriz de desenvolvimento para Portugal e daquilo que considera ser o traço mais fundo da identidade local: a aptidão arganilense para resistir, reivindicar e superar dificuldades.

**Arganil, território e futuro: entrevista com Luís Paulo Costa**

**Campeão das Províncias [CP]: Integra o Executivo desde 2005. Nessas duas décadas, o que aprendeu? O que é ser autarca em Arganil?**

Luís Paulo Costa

[LPC]: Há aqui dois pratos na balança. Num deles colocamos as ambições para a nossa terra, os sonhos, os planos, aquilo que conseguimos fazer. Os cargos autárquicos permitem algo que mais nenhum cargo permite perspectivar da mesma maneira: idealizar, fazer acontecer.

Depois há o outro prato: as angústias. Os meios não são suficientes, nunca são suficientes, e, em municípios com estas características, são ainda mais limitados. Há também os contratempos: os incêndios, as enxurradas, a Covid. Em 20 anos, vamos aprendendo a olhar o mundo com outros olhos.

**[CP]: Tomou posse como presidente uma semana depois dos incêndios de 2017. Entrar em funções naquele momento mudou a sua forma de olhar para a gestão pública?**

[LPC]: Aprendi rapidamente, a contragosto, que podemos ter o melhor plano do mundo, mas, de um dia para o outro, esse plano deixa de estar na primeira linha porque surgem novas prioridades. Há uma coisa que temos de ter sempre: a capacidade de nunca perder o foco. Se perdermos o foco, é o desastre.

”

**Sem apego às origens e amor à terra, era preciso ser muito maluco para se meter neste mundo**

**[CP]: Antes da Câmara, já tinha uma experiência cívica em São Martinho da Cortiça. O que é que aquele jovem trouxe para o autarca que viria depois?**

[LPC]: Era participação cívica e meramente



Para Luís Paulo Costa, ser autarca é viver entre ambição e angústia: “Os cargos autárquicos permitem idealizar, fazer acontecer, mas os meios nunca são suficientes”

associativa. Eu não tinha tido participação sequer nas juventudes partidárias. Fundei uma associação de jovens em São Martinho da Cortiça. Percebemos que podíamos dar um contributo à nossa terra.

**[CP]: Há, nessa decisão de ser autarca, uma coisa de coração, de apego à terra?**

[LPC]: Se pensarmos de uma forma absolutamente racional, a decisão de ser autarca não é nada racional. Estes cargos trazem dissabores. Depois colocam-se outros aspectos no prato da balança. O apego às origens, o amor que temos à terra e aquilo que achamos que podemos fazer pelos nossos concidadãos acabam por ser o factor que desequilibra. Se colocássemos só os aspectos racionais, era preciso ser muito maluco para alguém se meter neste mundo.

**[CP]: Quando olha para Arganil, quais são as maiores dificuldades de gerir um concelho do interior?**

[LPC]: Há um aspecto incontornável: os recursos. São sempre escassos. Há municípios com uma capacidade financeira extraordinária. Depois há uma faixa de cerca de dois terços dos municípios, mais para o interior, altamente dependentes das transferências do Orçamento do Estado. É aí que se insere Arganil. Sem a nossa capacidade de ir à procura dos fundos comunitários, ficaríamos limitados a pagar a electricidade, a pagar o pessoal e a tapar uns buracos.

**[CP]: O orçamento cresceu com os fundos comunitários e com o PRR. Como se aproveitou esse ciclo de investimento sem criar custos impossíveis de manter depois?**

[LPC]: Esse é um dos desafios que se coloca a Arganil e ao país. Estamos muito habituados a construir e a fazer coisas novas, mas o país, regra geral, não está preparado para fazer investimento de manutenção. Esse é um dos nossos dramas.

Temos camadas diferentes. Nas escolas, há financiamento para manutenção. Na habitação, os municípios ajudam o IHRU a construir, mas o proprietário é o IHRU. A nossa ambição era de 80 novas casas. Estamos a construir 29 apartamentos e temos outro processo, de 30, à espera de financiamento.

Sobra a saúde. Aí, o processo foi fechado muito tardiamente. Num equipamento de saúde, tal como numa casa, é imprescindível fazer manutenção. Terá de existir um consenso entre os municípios e o Estado, semelhante ao das escolas.

**[CP]: A mobilidade continua a ser uma dificuldade central para Arganil e para a região de Coimbra?**

[LPC]: Acho que a região de Coimbra está a ser vítima de um processo. Há zonas do país onde há auto-estradas por todo o lado. Aquilo que algumas entidades acharam excessivo nesses sítios acabou por prejudicar esta vasta região de Coimbra.

É lamentável aquilo que ainda hoje acontece na ligação entre Coimbra e Viseu. Para Arganil, completar o IC6 até Seia é uma prioridade. O IP3 também é uma prioridade grande. Seria ainda relevante uma ligação pelo interior que, no nosso entendimento, está prevista no Plano Rodoviário Nacional 2000: IC6, Côja, Arganil, Góis, Lousã.

**[CP]: Falando nas angústias históricas, uma delas é a de o comboio nunca**

**ter chegado a Arganil?**

[LPC]: Ainda o país era uma monarquia quando, segundo aquilo que recordamos dessa história, foi atribuída a concessão do ramal ferroviário que deveria chegar a Arganil, passando por Góis. Mas, por vicissitudes da história e do dinheiro, em 1910 o caminho-de-ferro chegou à Lousã. Depois chegou a Serpins. Só o comboio é que nunca veio.

Há ainda uma leitura que costumo pôr em cima da mesa para apimentar a conversa – isto é uma fake news, um boato. Salazar concorreu pelo círculo de Arganil e perdeu. Quando digo que o Estado Novo não fez nada pelo comboio para ele chegar a Arganil, acrescento que, se calhar, Salazar estava chateado. Não sei se teve ou não influência; o que é certo é que o comboio nunca cá chegou.

No final do século XIX, Arganil tinha mais de 20 mil pessoas. A Lousã tinha menos de 10 mil. Em 100 anos, inverteu-se completamente. A ausência do caminho-de-ferro teve um peso negativo muito grande para o concelho.

**[CP]: Abrir uma grande estrada até Arganil envolve custos elevados. Como se resolve esse problema de mobilidade? Qual deve ser o papel do Governo central?**

[LPC]: Quero acreditar que há uma pretensão de resolver alguns desequilíbrios. Aquilo que acontece em Portugal não é negativo apenas para os territórios do interior. É também negativo para as grandes cidades, que se confrontam com problemas que não teriam se a sua dimensão fosse mais razoável. Para o equilíbrio do país, era importante olhar para o território de forma integrada. O país vai ter de ter outra matriz de desenvolvimento.

CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA

# ARGANIL

## SE TEM A CAPACIDADE AS DIFICULDADES”

→ [CP]: Essa nova matriz passa também por descentralizar instituições do Estado? E, como entidade regional, a CIM consegue pressionar o Governo Central?

[LPC]: Passa por decisões de descentralização ou de desconcentração das instituições do Estado. Mesmo que não tenham um peso substancial, têm uma mensagem política forte. Se esta mensagem de equilíbrio territorial não acontecer, o resto também não vai acontecer. É mentira.

Quanto à CIM, é verdade que a voz de 19 faz-se ouvir melhor do que a voz de um município isolado. Mas isso não sai da sensibilização, da diplomacia ou, chamemos-lhe saudavelmente, do lobby. Do ponto de vista formal, a CIM não tem nenhum instrumento para pressionar.

[CP]: Nos fundos europeus, Arganil sabe o que quer, mas nem sempre os regulamentos financiam essas prioridades. Como se transforma uma necessidade local numa candidatura possível?

[LPC]: Às vezes, a Europa, ou a construção nacional dos regulamentos, quer convencer-me de que a minha refeição favorita é lagosta. Eu até posso achar a lagosta ou o caviar pratos interessantes, mas, se calhar, em vez de comer lagosta e ficar a passar fome durante uma semana, é mais importante ter pratos variados durante uma semana ou durante um mês. Esse é o dilema. Nós sabemos muito bem aquilo que queremos para o nosso território.

[CP]: Quando falamos de desenvolvimento rural, há turismo, floresta, produtos locais, tradições. Qual é hoje a prioridade?

[LPC]: Os municípios e as entidades públicas têm

um papel subsidiário nas iniciativas empresariais, mas não se podem substituir aos empresários. O que o município tem de fazer é criar condições para que a actividade privada possa ter esse papel.

O turismo é importante, tal como o artesanato, a gastronomia, os produtos regionais, a agricultura, o mel, os cogumelos. Mas aquilo que hoje suscita de forma mais activa a nossa diplomacia económica é criar condições para atrair e fixar pessoas com qualificação média e superior. Para isso, precisamos de emprego.

[CP]: Num concelho envelhecido, como é que se atraem empresas e se fixam pessoas?

[LPC]: Para atrair pessoas para qualquer território, a chave é o emprego. Não é por sermos o concelho mais belo do país que trazemos pessoas para se fixarem cá. A Área de Acolhimento Empresarial da Relvinha é um projecto incontornável. Visa atrair investimento de qualificação média ou superior e de capital intensivo. A maior sangria tem sido a saída das pessoas que fazem formação superior e depois não têm possibilidade de regressar.

Criámos condições para sermos competitivos. O preço do terreno é muito baixo, na ordem dos três euros por metro quadrado. A derrama tem taxa zero. Há também incentivos que permitem reduzir taxas urbanísticas e devolver aquilo que é cobrado pelo município a título de IMT. Em relação ao IML, também devolvemos até cinco anos.

[CP]: Depois dos incêndios, das enxurradas, da Covid e das tempestades deste ano, como se protege um território de montanha e floresta? Falta dinheiro ou há limites que já não dependem

”

**Não fosse a nossa capacidade de irmos à procura dos fundos comunitários, ficaríamos limitados a pagar a conta da electricidade, o pessoal e a tapar uns buracos**

apenas dos recursos?

[LPC]: A tragédia de 2017 deixou um património de conhecimento que as pessoas passaram a assumir de outra maneira. A lei já previa faixas de gestão de combustível desde 2004, mas isso não era muito assumido. Em 2017, as coisas mudaram no entendimento e melhoraram nas práticas.

Mas os fenómenos climáticos extremos vieram, e parece que vieram para ficar. Aqui já não acho que seja só recursos. Quando há incêndio numa área de montanha, a vegetação que ajuda a segurar os solos desaparece. Se a seguir vem um inverno com muita pluviosidade, há consequências físicas muito difíceis de travar. Ficou quase um caldo desgovernado.

[CP]: Está no terceiro mandato. Como se prepara para uma sucessão depois de 12 anos e que base quer deixar ao concelho?

[LPC]: A primeira parte eu não tenho resposta. Da preparação, não tenho mesmo resposta. A segunda parte é dizer que a nossa ambição é deixar o concelho melhor do que aquele que encontramos. Queremos concluir este ciclo de investimentos nas escolas, na habitação, na saúde. Temos o projecto Floresta da Serra do Açor, com o Grupo Jerónimo Martins, que está a fazer a mudança em 2.500 hectares de floresta. Se conseguirmos fechar esta malha, deixamos um concelho muito mais preparado para o futuro.

[CP]: Olhando para aquele rapaz de São Martinho da Cortiça e para o percurso até hoje, aquele anseio realizou-se?

[LPC]: Nós, enquanto seres humanos, somos sonhadores por natureza. Mal de nós no dia em que deixarmos de sonhar. Conseguimos concretizar muitos dos sonhos e ambições que tínhamos. Aquilo que aborrece são estes contratemplos: um incêndio, umas enxurradas, coisas que colocam em crise aquilo que temos vindo a fazer. Ainda assim, conseguimos concretizar muita coisa que o concelho ambicionava há tanto tempo.

[CP]: Deixo-lhe com uma pergunta mais identitária: o que é ser arganilense?

[LPC]: Não consigo definir de forma fácil. Mas estas dificuldades de que falámos fazem parte do nosso património genético colectivo. Nós nunca tivemos aqui a vida fácil. As coisas nunca nos foram oferecidas de mão beijada. Nunca apareceu nada em Arganil que não tenha sido reivindicado e conquistado de forma muito acérrima pelos arganilenses.

Isso marca o nosso ADN colectivo. A principal característica de um arganilense é estar preparado para enfrentar as dificuldades e superá-las. Se me perguntar numa frase relativamente curta, o que nos define é isto: o arganilense tem a capacidade de enfrentar e ultrapassar as dificuldades.

## MERCADO MEDIEVAL ANIMA VILA DE EIRAS NO FIM-DE-SEMANA

A vila de Eiras, em Coimbra, recebe a 8.ª edição do Mercado Medieval, que decorrerá de amanhã (sexta-feira, dia 15), até domingo (dia 17). Sob o mote “De Celas a Eiras: Caminhos de Memória”.

Esta iniciativa constitui uma verdadeira lição de história viva no Terreiro da Fonte, no coração de Eiras, convidando a explorar um autêntico acampamento medieval, a conhecer o quotidiano da época, admirar a mostra de armas e aprender sobre os ofícios e trajes de outrora.

“Esta recriação histórica é uma excelente oportunidade educativa para crianças e adultos, permitindo valorizar e preservar a nossa identidade cultural”, refere o presidente da União de Freguesias de Eiras e S. Paulo de Frades, Luís Correia.

“O Mercado Medieval de Eiras deixou há muito de ser apenas um evento local. Hoje é uma referência cultural da região, que projecta Eiras para fora de portas e afirma a nossa identidade, a nossa história e a capacidade da comunidade se mobilizar em torno da cultura. Mais do que recriar o passado, este mercado cria ligação entre pessoas, associações e território, gerando impacto real na comunidade, no comércio local e na forma como Eiras se dá a conhecer a quem nos visita” - sublinha o autarca.

Se na edição passada o Mercado Medieval foi dedicado a El-Rei D. Dinis (o Trovador), a deste ano evoca a ligação de Eiras a Celas, sendo tradicional a realização do Cortejo do Imperador, por ocasião da Romaria do Espírito Santo.

O Mercado Medieval de Eiras vai ter espectáculos de fogo, música, dança, teatro, um acampamento, mostra de armas e tabernas, sendo organizado numa parceria que envolve a Wolf Dance, Junta da União de Freguesias de Eiras e São Paulo de Frades, União das Freguesias de Coimbra, Episódio - Associação Cultural e Turística e a Câmara Municipal de Coimbra.

Amanhã (sexta-feira), o Mercado Medieval abre pe-



Luís Correia, presidente da Junta, destaca a projecção que o Mercado Medieval dá a Eiras

las 20h30, com a chegada de D. Nuno Martins de Chacim, meirinho-mor del Rey Dom Dinis, pelas 21h30, para atestar das sentenças e determinações da feira franca de Eiras. Pelas 22h30 haverá danças e bailias pela Academia Wolfdance, com o encerramento a acontecer à meia-noite.

No sábado, dia 16, a abertura do Mercado será pelas 11h00, com os pontos mais marcantes do programa a acontecerem pelas 16h00 (Cortejo Régio pelas ruas do burgo - Leitura da Carta de Feira), 19h00 (músicas e cantigas trovadorescas), 21h00 (chegada da Abadessa do Mosteiro de Celas, D. Teresa de Raimundo, ao burgo de Eiras) 22h00 (Almeia - espectáculo de dança oriental) e 23h00 (espectáculo de fogo).

No domingo, dia 17, o Mercado abre pelas 11h00, para os comer e bueres nas tabernas, com o programa a incluir uma trupe de saltimbancos e menestrelis a animarem os folguedos (14h00); danças e bailias pela Academia Wolfdance (14h30), Almeia encanta os folguedos com dança oriental (15h00); músicas e cantigas trovadorescas (pelas 16h00 no interior da Capela do Espírito Santo), trupe de saltimbancos e menestrelis (17h30), formalização do escambo de bens e das terras de Eiras pela chancelaria de El Rey D. Dinis e o Mosteiro de Celas (18h00), danças e bailias pela Academia Wolfdance (18h30), Almeia - espectáculo de dança oriental com apontamento de fogo (19h00), com o encerramento marcado para as 20h00.

# MEALHADA COM APOSTA FORTE EM JUNHO NA FEIRA DE ARTESANATO E GASTRONOMIA

LUÍS SANTOS

A cidade da Mealhada prepara-se para acolher, entre os dias 9 e 14 de Junho, mais uma edição da FAG - Feira de Artesanato e Gastronomia. O evento, que se assume como um dos momentos estruturantes do Município, regressa com entrada gratuita e uma profunda reorganização do seu espaço físico para melhorar a experiência de visitantes e expositores.

A grande novidade desta edição reside no novo 'layout' do certame, com o palco principal e a zona das tasquinhas a serem deslocados para a área contígua à Rua 27 de Setembro, estruturando todo o recinto em torno desta artéria. Segundo António Jorge Franco, presidente da Câmara Municipal da Mealhada, esta mudança visa tornar o evento mais "integrado, funcional e atractivo". "Nos últimos anos fomos adaptando o evento e está aqui o novo modelo, o novo projecto dentro da cidade, mas que garante uma boa circulação, uma boa segu-



O presidente da Câmara da Mealhada, António Jorge Franco (ao centro), com os vereadores Nuno Veiga (à esquerda) e Ricardo Santos

rança para quem reside e quem se desloca ao centro da Mealhada", destaca o autarca.

Enquanto as tasquinhas ganham nova localização, o Jardim Municipal continuará a ser o centro do artesanato e do Palco Associações (Palco 2). O recinto contará ainda com sinalética reforçada, oficinas e um espaço dedicado às "4 Maravilhas da Mesa da Mealhada", promovendo a identidade gastronómica local.

## Cartaz musical com nomes fortes

O cartaz deste ano aposta em nomes de peso do panorama musical, com os espectáculos a arrancarem a

9 de Junho com o regresso de Anselmo Ralph, que volta aos palcos após um interregno de dois anos. No Dia de Portugal, 10 de Junho, o palco pertence ao veterano Quim Barreiros e ao seu inconfundível acordeão.

A programação principal prossegue com a energia da Electric Band (dia 11) e os Karetus (dia 12 de Junho), conhecidos por fundir batidas modernas com tradição portuguesa. O romantismo de Tony Carreira, que celebra mais de 36 anos de carreira, subirá ao palco no dia 13 de Junho, esperando-se uma grande enchente dada a quantidade de fãs que arrasta. Por último, no dia 14, a animação será por conta das Escolas de Samba.

## Artesanato de excelência

Classificada há três anos como Feira de Artesanato Nacional pelo IIEFP, a FAG reunirá cerca de 100 artesãos de todo o país, de Bragança a Faro. O evento mantém o selo de qualidade do CEARTE, garantindo a presença de profissionais certificados que trabalharão ao vivo.

A representação local é também uma prioridade, com cerca de 20% dos artesãos a serem naturais do concelho da Mealhada. Os visitantes poderão encontrar desde máscaras transmontanas e brinquedos tradicionais a vestuário de seda e cutelaria.

Para o vereador Nuno

Veiga, a manutenção da gratuidade do evento é um compromisso fundamental para garantir um certame "acessível, diversificado e com elevada qualidade". "Mais do que uma feira, é um instrumento de coesão territorial, porque é um ponto de encontro internacional, é uma afirmação da entidade local e é uma montra do artesanato nacional. É uma montra de artesanato que valoriza o artesanato e a gastronomia regional e nacional", sustentou.

## Certame mais moderno

No seu entender, a edição deste ano deu um passo na modernização, promovendo "a proximidade com o público, a forte participação associativa, a valorização do artesanato e a promoção da gastronomia regional".

"Modernizamos o recinto e a experiência e esta é a principal novidade deste ano. Reorganizamos o espaço urbano, uma nova zona de tasquinhas e espetáculos, o reforço da área de palco, um ecrã gigante na zona das tasquinhas e me-

lhor circulação e conforto", concretizou.

Para além de terem em palco "grandes nomes nacionais da música", o programa prevê ainda animação cultural, a presença de associações locais, projectos educativos e actividades para todos os públicos. "Vamos também apostar forte este ano na animação de rua: actividades circenses, grupos de palhaços, grupos de magia, as filarmónicas. Animação constantemente na cidade para as pessoas sentirem que estamos em festa", indicou.

**Anselmo Ralph, Quim Barreiros, Electric Band, Karetus, Tony Carreira e Escolas de Samba são artistas que atraem muito público**

Já o vereador Ricardo Santos adiantou que o programa contempla dois eventos desportivos: as 3 Milhas da Mealhada, a 10 de Junho, e Pelo Concelho em Duas Rodas, no dia 14 de Junho.

# ROMARIA DO ESPÍRITO SANTO RENOVA A SUA TRADIÇÃO EM SANTO ANTÓNIO DOS OLIVAIS

A Romaria do Espírito Santo regressa, em 2026, ao Largo de Santo António dos Olivais, em Coimbra, com abertura oficial prevista para o dia 23 de Maio, às 18h30, e festividades anunciadas até 20 de Junho. A edição deste ano volta a apresentar-se como uma das grandes celebrações da freguesia, mantendo a combinação entre programação cultural, participação associativa e dimensão religiosa.

Nos Olivais, o evento não é apenas um programa de animação, nem apenas uma celebração devocional, mas uma festa que junta tradição, memória local e sociabilidade comunitária.

A edição de 2026 começa, aliás, antes da abertura formal do recinto. Na manhã de 23 de Maio, às 10h30,

realiza-se, no Parque Linear do Vale das Flores, a III edição do Mentalidades, iniciativa de sensibilização para a saúde mental e para a inclusão, realizada em parceria com a Casa de Saúde Rainha Santa Isabel. A romaria será também antecedida pela Feira das IPSS, marcada para o Largo dos Olivais entre 18 e 21 de Maio, com funcionamento previsto entre as 14h00 e as 18h30.

## Vai começar a festa

O programa, aprovado em Abril, confirma uma forte aposta na animação musical e nas expressões culturais de matriz popular. Estão previstos o Grupo de Gaiteiros Rainha Santa Isabel, o Grupo Regional da Pampilhosa do Botão, o Grupo de Cavaquinhos

Cantares à Solta, o Grupo de Concertinas Sons de Casconha, a Escola de Concertinistas da Lousã, o grupo Maio - Fado de Coimbra, o grupo D'Anto - Fado de Coimbra e a Filarmónica Boa Vontade Lorvanense. O programa inclui ainda dois desfiles de Marchas Populares, um nos Olivais e outro em Norton de Matos.

A edição de 2026 inclui ainda uma homenagem a 10 casais que, este ano, completem 50 ou mais anos de casamento. O programa das Bodas de Ouro prevê missa às 12h00 na Igreja de Santo António dos Olivais, almoço-convívio e entrega de uma lembrança. A iniciativa reforça o carácter comunitário da romaria, que não se limita à ocupação festiva do largo, mas



As marchas populares, uma das expressões da vertente festiva e comunitária da Romaria do Espírito Santo, voltarão a desfilar em Santo António dos Olivais este ano

procura integrar referências afectivas e percursos de vida da própria freguesia.

## História e tradição

Este núcleo remete para uma tradição mais antiga, ligada ao culto do Espírito Santo e à memória da Festa do Imperador de Eiras.

A romaria, tal como hoje é reconhecida nos Olivais, inscreve-se num universo devocional e popular que atravessou séculos e se foi fixando na vida comunitária de Coimbra. O Cortejo do Imperador, presente em edições recentes, preserva essa ligação a um passado ritual que continua a ser convoca-

do na festa contemporânea.

A Romaria do Espírito Santo distingue-se precisamente por essa sobreposição de planos. É, em simultâneo, celebração religiosa, festa popular, palco de cultura local e espaço de encontro entre moradores, instituições e visitantes. O Largo dos Olivais torna-se, durante várias semanas, cenário de uma prática colectiva que dá continuidade a uma herança antiga, mas que encontra novas formas de permanecer relevante.

Num tempo em que muitas tradições locais sobrevivem apenas como memória evocada, a romaria de Santo António dos Olivais mantém-se como acontecimento vivido. Regressa ao espaço público, convoca a comunidade e reorganiza, a cada edição, um património imaterial que não ficou encerrado no passado. Em 2026, a festa volta a mostrar que a sua força está justamente nessa capacidade de conciliar permanência e renovação.

## XXX FEIRA MEDIEVAL

# PENELA REGRESSA AO BURGO NA XXX FEIRA MEDIEVAL



O Castelo de Penela, cenário de história, pedra e memória, volta a ganhar vida como palco da XXX Feira Medieval, onde a vila celebra as suas raízes e convida todos a atravessar as portas do tempo

MARCELO DOMINGUES

É no Castelo de Penela, Monumento Nacional desde 1910, que a vila reencontra a sua memória medieval no próximo fim-de-semana, 16 e 17 de Maio. A fortaleza que guardou a linha do Mondego, protegeu o antigo burgo cristão e conserva ainda a cerca,

as portas e a Igreja de São Miguel será palco da XXX Feira Medieval do concelho.

O certame leva ao centro histórico mercado, animação, ofícios, gastronomia, artesanato e actividades para crianças. Figurantes, feirantes, artífices, vendedores e transeuntes de época recriam o ambiente de outros séculos.

### A vila dentro das muralhas

A ocupação militar do outeiro remonta, pelo menos, aos Romanos. No século XI, depois da retoma pelo conde D. Sessando, formou-se ali um núcleo cristão protegido por muralhas ameiadas. A Porta da Vila abria para o arrabalde e a Porta da

Traição dava acesso aos campos. Os panos defensivos, entre 7 e 19 metros, integravam a linha do Mondego.

A recriação ganha força nesse lugar. Não usa a fortaleza apenas como cenário. Ocupa o espaço que estruturou Penela, atravessa a memória urbana e devolve movimento ao recinto onde se juntavam

casas, ruas, igreja, comércio e passagem.

A iniciativa começou em 1994 e é apresentada pelo turismo municipal como uma das feiras medievais mais antigas do país, a par da de Coimbra. Nasceu da parceria entre o Município, a Associação de Pais e o Agrupamento de Escolas Infante D. Pedro. Essa raiz comunitária continua a marcar o evento.

Em 2025, o castelo e as ruas envolventes receberam cortejos, espectáculos, tabernas, bancas com produtos tradicionais, música, dança, torneios a cavalo, bailias, folias, demonstrações de armas medievais, lutas entre cavaleiros e espectáculo de fogo. Quase 10 mil visitantes passaram pelo recinto.

### A mesa antes da feira

Em 2026, a gastronomia chega antes das ten-

das. A 4.ª Semana Gastronómica da Caça decorre até 17 de Maio e integra a programação. Participam cinco restaurantes do concelho: D. Sessando Restaurante, HD Gustatio, O Pascoal, O Pastor e Xisto Restaurante.

**Penela volta ao burgo nos dias 16 e 17 de Maio, com mercado medieval, gastronomia, artesanato, animação e história dentro das muralhas do castelo**

Com história, participação local e gastronomia, a XXX Feira Medieval volta a pôr Penela em movimento dentro e fora das muralhas.

## Cortejos, cavalaria e fogo

O programa reserva ao sábado a abertura oficial do certame, a circulação de personagens pelo burgo, a animação nas tabernas e o primeiro grande momento de fogo. No domingo, a festa ganha feição mais cerimonial, com desfile, leitura da Carta da Feira, cortejo, torneio e encerramento simbólico.

Trovadores, jograis, menestréis, bobos, bufões, bardos e bailarinas cruzam-se com famílias, visitantes e feirantes, dando ao recinto uma cadência contínua desde o final da manhã até à noite. Pelo meio, surgem propostas dedicadas às crianças, apresentações de magia, danças mouriscas, farsas, contos e encenações.

Entre os momentos com maior peso cénico estão os cortejos, as demonstrações equestres e os espectáculos de fogo. No sábado, o Cortejo Real e a Bênção da Feira marcam o arranque da fase mais solene do programa, antes dos Jogos a Cavalo e de Somnium "Ignis". No domingo, o destaque reparte-se entre o desfile "Despojos da Caçada", a Leitura da Carta da Feira, o Torneio a Cavalo, Justas e Pelejas e o fecho com Somnium "Impruvis" e a Selagem das Pipas.

Entre as muitas atracções, estarão:

### 16 de Maio, sábado

- 12h30 Auto de Abertura da Feira
- 15h30 Lendas de Magia com os Infantes
- 18h30 Cortejo Real e Bênção da Feira
- 19h30 Circus Leveza
- 22h00 Jogos a Cavalo por Bravos Milites
- 23h30 Somnium "Ignis", espectáculo de fogo

### 17 de Maio, domingo

- 12h00 Desfile "Despojos da Caçada"
- 12h30 Cortejo, Leitura da Carta da Feira e Bênção das Gentes
- 16h30 Cortejo pelas Ruas do Burgo
- 17h00 Torneio a Cavalo, Justas e Pelejas
- 20h00 Somnium "Impruvis", espectáculo de fogo
- 20h30 Selagem das Pipas

PUBLICIDADE

XXX Feira  
**Medieval**  
Penela  
16 - 17 maio 2026

Ilustração baseada no desenho original de um aluno do Agrupamento de Escolas Infante D. Pedro

## TRANSFORMAR A EDUCAÇÃO: PARTE III

# A DESIGUALDADE COMEÇA ANTES DA PRIMEIRA AULA

MARCELO DOMINGUES

A escola recebe crianças e jovens que não partem do mesmo lugar. Essa desigualdade antecede a primeira aula e, em muitos casos, começa a formar-se nos primeiros anos de vida.

Num artigo publicado em 2020 na revista *Pediatric Research*, a partir de dados da coorte portuguesa *Generation XXI*, Ana Isabel Ribeiro e coautores analisaram 27 indicadores de saúde em crianças de 4 anos e encontraram desigualdades socioeconómicas em 21 deles. Entre os desfechos mais marcadamente associados à desvantagem socioeconómica estavam os problemas de linguagem e fala.

Esta reportagem integra a série “Transformar a Educação”, construída a partir das intervenções, debates e dados discutidos na Grande Conferência Educação e Transformação 2026, realizada em Coimbra e promovida pela WIN World, em parceria com a Fundação Pedro Queiroz Pereira. Ao longo destas publicações, uma pergunta orienta o leitor: como transformar a Educação em Portugal?

### Antes da primeira aula

Ana Teresa Brito, directora da Escola de Educação do ISPA, Instituto Universitário, situa o ponto de partida antes da escola obrigatória. “Uma criança que, com um ano, com dois anos, já tem uma história. E uma história que é muito profunda”, afirma no painel dedicado à primeira infância. Mais adiante, resume a lógica da relação educativa: “O mais importante é a interacção. E para haver interacção, tem de haver dois ou mais numa relação. Então, o adulto que está com esta criança tem de ser cuidado”.



**Uma criança que chega à creche com um ano, com dois anos, já tem uma história muito profunda**



O painel “Primeira infância: uma prioridade inequívoca”, na Grande Conferência Educação e Transformação 2026, reuniu Fátima Aresta, Amâncio Santos, Raquel Barão, Margarida Lobo Antunes e Ana Teresa Brito

A literatura sobre desenvolvimento infantil é consistente num ponto: os primeiros anos são decisivos para o desenvolvimento cognitivo, linguístico e socioemocional. Organismos como a UNICEF e a OMS sublinham que, nesse período, importam não apenas a saúde e a nutrição, mas também a segurança, as oportunidades de aprendizagem precoce e os cuidados responsivos dos adultos. O Center on the Developing Child, da Universidade de Harvard, descreve esta etapa como fundadora da arquitectura cerebral que sustenta aprendizagens posteriores.

Se as desigualdades se formam cedo, também cedo têm de chegar as respostas. Margarida Lobo Antunes, coordenadora do Departamento da Criança e do Adolescente do Hospital Lusíadas Lisboa, liga a qualidade da educação nos primeiros anos à intervenção precoce. “Isto vai permitir acompanhar o desenvolvimento da criança, apoiar as famílias e detectar sinais de alerta”, afirma. “Quando temos uma intervenção precoce, isto vai mudar todo o processo de desenvolvimento da criança”.

As famílias, porém, não enfrentam os primeiros anos nas mesmas condições. No debate, surgem pressões como o custo de vida, o acesso à creche e a falta de tempo. Um estudo de Susana Algarvio, Isabel Leal e João Maroco, publicado em 2018 no *Journal of Child Health Care*, com uma amostra de 3.842 pais portugueses de crianças

entre os 3 e os 10 anos, encontrou níveis mais elevados de stress parental entre pais com menor escolaridade, pais mais velhos, divorciados ou solteiros, mães desempregadas e famílias com maior número de filhos.

Fátima Aresta, educadora de infância e mestre em Educação-Supervisão Pedagógica, desloca a creche da ideia de guarda para a de resposta educativa. “Eu gosto muito da ideia de uma sala de creche ou de uma sala de jardim-de-infância como uma janela para o mundo”, afirma. “É o educador, é a auxiliar, é a equipa que está na sala, que permite dar mundo à criança”.

Essa janela não se abre do mesmo modo para todos. Segundo o *Education and Training Monitor 2025*, da Comissão Europeia, 59,5% das crianças portuguesas com menos de 3 anos estavam inscritas em cuidados formais em 2024. A participação, porém, descia para 46,7% entre as crianças em risco de pobreza ou exclusão social, contra 63,1% entre as restantes.

Amâncio Santos, vereadora da Educação da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, leva ao painel um exemplo de política local. “Nós temos neste momento uma rede pública de creches instalada com resposta gratuita e a 100% para todos os meninos que nascem em Paços de Ferreira”, afirma. E acrescenta: “O nosso projecto educativo tem três pilares: Natureza, Arte e Brincar”.

### A escola sem aluno-padrão

Quando estas crianças chegam à escola, não existe aluno neutro nem percurso uniforme. A diversidade começa nas condições com que cada um entra na sala de aula.

Joana Rato, professora associada da Universidade Católica Portuguesa, resume a questão numa frase: “A vulnerabilidade é a regra”. Mais do que classificar diferenças culturais, linguísticas ou cognitivas, defende a importância de olhar para os pontos de partida de cada aluno e para os contextos que podem transformar a diferença em desvantagem.



**As verdadeiras barreiras são a forma como interagimos com os nossos alunos**

A escola pode transformar essa diferença em obstáculo ou em trabalho pedagógico. Catarina Oliveira, consultora e formadora em Diversidade, Equidade e Inclusão do Access Lab, desloca a pergunta do aluno para o ambiente. “Às vezes é mais fácil dizer: este aluno não conseguiu porque é cego, este aluno não conseguiu porque é autista”, afirma. “E aí nós pensamos: que barreiras é que promovemos a este aluno para que ele não consiga mostrar a sua potencialidade?”

Em 2023/2024, no Continente, nas escolas públi-

### Condições para aprender

- Em 2023, o Continente tinha **130.787** lugares em creche;
- A creche era utilizada por **48,1%** das crianças dos 0 aos menos de 3 anos;
- A cobertura de Creche + Ama chegava a **55,2%**;
- Em 2023/2024, **269.616** crianças estavam inscritas na Educação pré-escolar;
- No mesmo ano lectivo, medidas de inclusão abrangeram **93.696** crianças e alunos no Continente;
- Entre **8%** e **14%** das crianças e adolescentes do mundo vivem com uma perturbação mental.

Fontes: Carta Social 2023; DGEEC, Estatísticas da Educação 2023/2024; DGEEC, Educação Inclusiva 2023/2024; Fundação Calouste Gulbenkian, Growing Minds.

cas da rede do Ministério da Educação, Ciência e Inovação, foram mobilizadas medidas selectivas e/ou adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão de lhes dar resposta.

Mais adiante, Catarina Oliveira condensa a ideia numa formulação forte: “Não estamos a facilitar a aprendizagem do aluno, não estamos a dar facilidades, estamos a adaptar o ambiente”. E conclui: “As barreiras não são só escadas, são também a forma como nós interagimos com os nossos alunos e o que nós transmitimos na conversa com eles”.

Na sua intervenção, conta ainda o caso de uma amiga que hoje é arquitecta, mas que, em contexto escolar, ouviu de uma figura de referência que devia esquecer esse sonho. A frase não impediu o percurso, mas podia tê-lo feito.

### Aprender exige amparo

Ana Rita Bessa, CEO da LeYa, defende uma aprendizagem com sentido, relevância e flexibilidade. “Tem que ser cada vez mais uma aprendizagem com sentido, com relevância, com flexibilidade”, afirma. A escola, acrescenta, não pode funcionar “em broadcast, um para todos da mesma maneira”,

porque “cada aluno aprende motivado por coisas diferentes, aprende com estímulos diferentes, aprende com ritmos diferentes”.

Margarida Eça, responsável técnica da Academia Semear, acrescenta outra camada ao debate. “Aprender tem um horizonte maior do que o processo cognitivo”, afirma. Quando esse processo se torna um fim em si mesmo, adverte, “ficamos completamente escravos da nossa performance”.

Matilde Gouveia Rocha, vereadora da Educação da Câmara Municipal do Porto, formula a questão pela equidade. “Uma escola que serve a sua comunidade é uma escola que não é igualitária, mas que responde a diferentes necessidades de forma a ser equitativa”, afirma. E exemplifica: “Nós temos numa sala de aula um aluno que está muito motivado, muito predisposto, que tem uma estrutura familiar que lhe permite ser receptivo à aprendizagem. E temos, logo ao lado, um aluno que os problemas que trouxe de casa não lhe permitem ter essa predisposição. Portanto, a escola que serve a comunidade é a escola que vai olhar para os dois e responder aos dois”.

Transformar a Educação implica olhar para antes da primeira aula e para as barreiras que persistem depois dela. Aprender depende também da história, da linguagem, da família, do contexto, da confiança, da oportunidade e da relação.

## EXPOSICÓ REGRESSA A ALVAIÁZERE



A EXPOSICÓ regressa ao Parque Multiusos de Alvaiázere nos dias 16 e 17 de maio, reunindo produtores, artesãos, gastronomia, vinhos, azeite, mel, cerâmica, folclore e animação musical numa celebração da identidade e dos produtos das Terras de Sicó

O Parque Multiusos de Alvaiázere recebe, nos dias 16 e 17 de Maio, mais uma edição da EXPOSICÓ, certame promovido pela Terras de Sicó – Associação de Desenvolvimento, em parceria com o Município de Alvaiázere.

Ao longo de dois dias, o evento volta a afirmar-se como uma montra privilegiada da riqueza económica, cultural e gastronómica das Terras de Sicó, reunindo produtores, artesãos, associações, agentes locais e visitantes em torno dos sabores, saberes e tradições que distinguem este território.

A edição deste ano integra a XXXVI Feira do Queijo Rabaçal, a XXXI Mostra de Vinhos Terras de Sicó, a XXI Mostra de Azeite e Mel Serra de Sicó, a XI Exposição de Cerâmica Artística e o XXXVI Festival de Folclore da Serra de Sicó, num programa que cru-

za promoção económica, património cultural e animação popular.

Entre expositores, provas de produtos regionais e espaços de convívio, a EXPOSICÓ convida o público a descobrir aquilo que de mais genuíno se produz na região, do queijo ao vinho, do azeite ao mel, sem esquecer a cerâmica, o folclore e a hospitalidade das comunidades locais. O certame contará ainda com uma sessão solene presidida pelo Ministro da Agricultura e Mar, momento que sublinha a importância da iniciativa na valorização dos produtos endógenos e na afirmação das Terras de Sicó enquanto território de qualidade, tradição e identidade.

A música terá também lugar de destaque, com concertos de D.A.M.A, Chef Duro & Seus Adversários e DJ Vito. A entrada é livre.

## DANÇA E DEVOÇÃO NOS LARES DA MISERICÓRDIA – OBRA DA FIGUEIRA



A “Tribo da Dança” levou música, movimento e alegria aos seniores dos lares de Santo António e Silva Soares, da Misericórdia – Obra da Figueira

A Misericórdia – Obra da Figueira viveu recentemente dois momentos de especial significado, unindo animação, memória, fé e devoção nas suas valências. No passado sábado, cerca de 150 seniores dos lares de Santo António e Silva Soares receberam a visita da “Tribo da Dança”, num encontro marcado pela alegria, emoção e muitas recordações. A iniciativa, integrada na programação de animação da instituição, levou aos utentes música, movimento e afectos, despertando memórias dos bailes que fizeram parte da juventude de muitos residentes. A actividade foi dinamizada pelas animadoras Sara Romão e Daniela Grilo, com o envolvimento da Assembleia Figueirense, parceira da Misericórdia – Obra da Figueira. Foi através desta ligação que a “Tribo da Dança”, sediada naquela colectividade desde

2009 e orientada por Pedro Folques, aceitou o convite para actuar nos dois lares. O grupo, dedicado às danças de salão, nasceu na Assembleia Figueirense e tem vindo a alargar a sua actividade a outros espaços, como o Centro do Bairro Norton de Matos e a Escola D. Dinis, em Coimbra. Também o mês de Maio foi vivido com especial devoção na Misericórdia – Obra da Figueira, que voltou a associar-se à tradição católica de homenagem a Nossa Senhora. Como acontece há várias décadas, as imagens existentes nas diversas valências foram ornamentadas, num gesto de fé, beleza e respeito. Este ano, os arranjos florais dos andores foram concebidos por Olívia Rolo. No Lar de Santo António, contou com a colaboração de Ode-te Reis e Sara Romão, dando forma a uma homenagem marcada pela simplicidade e devoção.

## GINÁSIO HOMENAGEADO PELA FREGUESIA DE TAVAREDE

O Ginásio Clube Figueirense e o seu sócio n.º 1, José Rolinho Sopas, foram homenageados no passado sábado, durante a sessão solene comemorativa dos 510 anos da atribuição da Carta de Foral a Tavarede por D. Manuel I, em 1516. A cerimónia decorreu na sede do Clube Desportivo e Amizade do Saltadouro. Esta distinção representa para o Ginásio um motivo de orgulho e um reconhecimento do trabalho desenvolvido ao longo de gerações numa freguesia com a qual mantém fortes laços humanos, desportivos e institucionais. O Clube agradece à Junta de Freguesia de Tavarede, na pessoa do seu presidente, Tiago Carvalho, a homenagem prestada, sentindo-se honrado por continuar a desempenhar um papel activo na forma-

ção de jovens, procurando contribuir não apenas para o surgimento de melhores atletas, mas também de cidadãos mais responsáveis, solidários e conscientes do seu papel na comunidade. No próximo sábado, o Ginásio associa-se à iniciativa “Caminhada Solidária dos Amigos do Daniel Sopas”, no âmbito do “Maio Cinza”, mês dedicado à consciencialização para o cancro do cérebro. A caminhada realiza-se a partir das 15h00, na Praça da Europa. Também no próximo sábado, o Ginásio realiza, pelas 9h30, mais um Festival de Escolas de Natação, na Piscina do Ginásio. Já no próximo dia 30 de Maio será a vez do Ginásio regressar ao Centro Náutico de Montemor-o-Velho para organizar a Regata Internacional Ginásio TIEN21.

## PADRE GUILHERME ESTREIA-SE NO SOMNII

O RFM SOMNII Intermarké regressa à Praia do Relógio, na Figueira da Foz, de 10 a 12 de Julho, para a 12.ª edição, com um cartaz que cruza nomes internacionais da música electrónica e um dos fenómenos portugueses do momento: Padre Guilherme, Sick Individuals, Dual Damage, Zanova, Will Sparks e Nicole Silva. O encerramento, a 12 de Julho, cabe a Hardwell, Kaaze, Sound Rush, Kura, Nifra e Pedro Carrilho. Os bilhetes estão disponíveis em passe geral, passe VIP e bilhetes diários, a partir de 50 euros.

tival arranca a 10 de Julho com Timmy Trumpet, Third Party B2B Matisse & Sadko, Vertile, Diego Miranda, Tiago Cruz e DJ Pette. No dia 11 actuam Vini Vici, Padre Guilherme, Sick Individuals, Dual Damage, Zanova, Will Sparks e Nicole Silva. O encerramento, a 12 de Julho, cabe a Hardwell, Kaaze, Sound Rush, Kura, Nifra e Pedro Carrilho. Os bilhetes estão disponíveis em passe geral, passe VIP e bilhetes diários, a partir de 50 euros.

## SIRENE TOCA POR 114 ANOS DE ENTREGA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE POMBAL

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pombal assinala esta quinta-feira, 14 de Maio, 114 anos de existência, numa celebração que evoca mais de um século de dedicação, coragem e serviço público. A data será marcada, logo pela manhã, com uma cerimónia simbólica no quartel-sede, onde a corporação fará questão de afirmar, uma vez mais, a ligação profunda que mantém com a população pombalense. O programa comemorativo tem início às 7h45, com a formatura geral, seguindo-se o hastear das bandeiras no quartel-sede. Às 8h00, o toque da sirene assinalará

oficialmente o aniversário da corporação, num momento de forte valor simbólico para todos os que integram ou integraram esta casa. Serão içadas várias bandeiras, entre as quais a da corporação, a nacional, a da autarquia e a da Liga dos Bombeiros Portugueses. Fundados em 1912, os Bombeiros Voluntários de Pombal nasceram da vontade de servir e de proteger, num tempo em que os meios eram escassos, mas em que a solidariedade e o espírito de missão já se impunham como valores essenciais. Desde então, a corporação atravessou gerações, acompanhou a transformação do concelho



A corporação assinala 114 anos de história ao serviço da população de Pombal, com cerimónias simbólicas esta quinta-feira e comemorações oficiais no domingo

e consolidou-se como uma presença indispensável. As comemorações prosseguem no domingo, 17 de Maio, com um programa mais alargado e de carácter institucional. Às 8h45 realiza-se a formatura geral, seguindo-se o hastear das bandeiras à entrada da

parada do quartel-sede e o desfile apeado até ao Monumento ao Bombeiro. Às 9h00 terá lugar uma homenagem aos bombeiros e directores já falecidos, numa cerimónia religiosa junto ao Monumento ao Bombeiro, num momento de recolhimento e gratidão

para com todos aqueles que ajudaram a construir a história da instituição. Pelas 9h45 haverá nova formatura geral e integração do estandarte. A recepção às entidades oficiais e convidados está marcada para as 10h00, no quartel-sede, seguindo-se as honras à alta entidade e a revista à força em parada. O programa inclui ainda o juramento de ingresso, promoções, condecorações, passagem ao quadro de honra, bem como o baptismo e bênção de veículos, sublinhando a continuidade da missão e o reforço da capacidade operacional da corporação. Às 11h10 decorrerá o desfile

do Corpo de Bombeiros e dos meios auto, momento que permitirá à população acompanhar de perto os homens, mulheres e viaturas que diariamente asseguram o socorro no concelho. Pelas 11h30 realiza-se a sessão solene no Salão Nobre, com a presença de entidades oficiais, dirigentes, bombeiros, familiares e convidados. As comemorações culminam às 13h00, com um almoço-convívio no quartel-sede. Ao celebrar 114 anos, os Bombeiros Voluntários de Pombal prestam homenagem ao passado, afirmam o presente e renovam o compromisso com o futuro.

## CASINO FIGUEIRA CELEBROU TALENTO



Gala da Figueira TV voltou a reunir no Casino Figueira personalidades, instituições e agentes culturais

O Casino Figueira voltou a vestir-se de gala para receber a XIV Gala da Figueira TV, numa noite em que a Figueira da Foz celebrou o que tem de melhor: talento local, intervenção cívica e projectos culturais capazes de marcar o território. Com condução segura e bem-humorada de Herman José, a cerimónia distinguiu 25 premiados em diferentes categorias, juntando personalidades, instituições e agentes culturais da região. Entre os momentos mais aguardados esteve a entrega dos principais galardões da noite. O Prémio Mérito e Excelência foi atribuído a António Jorge Lé, reconhecendo uma carreira feita de dedicação, profissionalismo e contributo exemplar para a comunidade. Já o Prémio Responsabilidade Social distinguiu Olga Brás, pelo

trabalho persistente em torno das causas sociais e pelo impacto directo na vida de centenas de pessoas. O Prémio Evento do Ano foi entregue à exposição “Dispersos”, realizada no Convento de Seiça, iniciativa que voltou a colocar os holofotes sobre um dos espaços patrimoniais mais simbólicos do concelho. A entrega contou com a presença da vereadora Cláudia Rocha, que sublinhou a importância da cultura e da preservação da memória colectiva na estratégia municipal. A gala terminou com intervenções do presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, Pedro Santana Lopes, e do director da Figueira TV, Rogério Gonçalves, que destacaram o papel da comunicação social local na valorização do território e o crescimento do evento ao longo dos anos.

## LOUSÃ ALTERA REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO

A Câmara Municipal da Lousã aprovou, na reunião do Executivo de 4 de Maio, o início do procedimento de alteração do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação da Lousã. A actualização pretende adequar o regulamento municipal ao actual quadro legal, em particular às alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de Janeiro, no âmbito da simplificação de procedimentos e da moder-

nização administrativa. O regulamento em vigor data de 2011, pelo que o Município considera necessário rever normas entretanto desactualizadas, obsoletas ou contraditórias face à legislação actual. A alteração visa ainda melhorar a redacção de algumas disposições, reforçando a clareza, a transparência e a facilidade de aplicação das normas por cidadãos, técnicos, empresas e serviços municipais.

## PAMPILHOSA DA SERRA REFORÇOU RESPOSTA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS COM RÁDIOS SIRESP E STARLINK



Entrega de rádios SIRESP e sistemas Starlink reforça a capacidade de resposta dos Bombeiros Voluntários e da Protecção Civil de Pampilhosa da Serra

O Município de Pampilhosa da Serra reforçou a capacidade operacional dos Bombeiros Voluntários com a entrega de 10 rádios portáteis SIRESP e de dois sistemas de comunicação via satélite Starlink, destinados ao quartel-sede e à secção de Unhais-o-Velho. A entrega foi realizada pelo vereador João Neves e visa melhorar a eficácia da resposta em situações de emergência. O Serviço Municipal de Protecção Civil passou também a dispor de cinco rádios SIRESP e de um sistema Starlink, reforçando a comunicação e a coordenação com os restantes agentes de protecção civil, tanto a nível municipal como regional. Este investimento resulta de uma candidatura da Região Metropolitana de Coimbra, no âmbito do Investimento Territorial Integrado, financiado pelo Portugal 2030, e integra uma estratégia de reforço da resposta aos principais riscos do território. A disponibilização destes equipamentos permite assegurar comunicações

críticas em cenários de acidente grave ou catástrofe, sobretudo quando as redes convencionais estejam indisponíveis. A tecnologia Starlink, com ligação directa via satélite, garante maior autonomia, robustez e resiliência, permitindo manter a continuidade das operações e a protecção das populações. Entre as principais vantagens está a portabilidade dos equipamentos, que podem ser transportados em kits móveis e activados em poucos minutos, possibilitando a instalação rápida de postos de comando com acesso à internet. A implementação foi acompanhada por acções de formação e exercícios de simulacro de comunicações, envolvendo os serviços municipais de Protecção Civil e os corpos de bombeiros dos 19 municípios da Região de Coimbra. Recorde-se que, em Dezembro do ano passado, o mesmo programa permitiu a atribuição de 66 conjuntos de Equipamentos de Protecção Individual aos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra.

## EPTOLIVA REFORÇA APOSTA NO FUTURO DOS JOVENS EM TÁBUA

A EPTOLIVA – Escola Profissional de Oliveira do Hospital, Tábua e Arganil marcou uma presença de forte relevância educativa e social na 6.ª edição da Feira “Investe no Teu Futuro”, iniciativa promovida pela Câmara Municipal de Tábua, através do pelouro da Juventude, do Conselho Municipal da Juventude e do projecto Tábua YOUTH – Juventude é Tu. A participação da escola enquadrou-se na sua estratégia de orientação vocacional, com o objectivo de incentivar os jovens a prosseguir os estudos e a tomar decisões conscientes, informadas e ajustadas ao seu percurso pessoal e profissional, promovendo a igualdade de oportunidades. Para além da oferta formativa, estiveram também em destaque vários projectos dinamizados pela ADEPTOLIVA, com impacto directo na comunidade. Entre eles, o Centro Qualifica, vocacionado para a orientação e reconhecimento de competências de jovens e adultos, o Programa Escolhas – Missão Futuros E9G, centrado na inclusão e capacitação social e profissional, e o CLDS 5G – Tábua + Inclusiva, que promoveu sessões dedicadas à empregabili-

dade. A feira contou ainda com a participação dos alunos do curso de Multimédia, que realizaram uma emissão especial da EPTO RÁDIO dedicada aos temas do evento. O programa reuniu o presidente da EPTOLIVA, professor Daniel Dinis Costa, o vereador da Juventude da Câmara Municipal de Tábua, engenheiro David Pinto, bem como alunos e professores da EPTOLIVA e do Agrupamento de Escolas de Tábua. Um dos momentos de maior destaque foi a assinatura do protocolo de colaboração entre a SYnergia Portugal e a EPTOLIVA, formalizado pelos presidentes Ricardo Sousa e Daniel Dinis Costa. A parceria prevê a criação e dinamização de uma estrutura juvenil SYnergia em contexto escolar, recorrendo a metodologias de educação não formal para desenvolver competências pessoais, sociais e cívicas dos alunos. Daniel Dinis Costa sublinhou que esta presença “demonstra o compromisso da EPTOLIVA com a valorização do ensino profissional e o sucesso dos alunos”, destacando também o papel da ADEPTOLIVA na dinamização de projectos sociais, educativos e culturais no território.



EPTOLIVA marcou presença na Feira “Investe no Teu Futuro”, em Tábua, com projetos de orientação vocacional, inclusão, empregabilidade e participação juvenil

PUBLICIDADE

**espelhos**  
EXPOSIÇÃO  
**espelhos**  
Dentro e fora da realidade

UC EXPLORATÓRIO  
CIÊNCIA VIVA  
EM COIMBRA

BPI Fundação "A Caixa"

# PRESENÇA E A AUSÊNCIA DE PENSAMENTO COLECTIVO NA MEALHADA

LUÍS FRANCISCO

Há concelhos onde parece existir uma opinião permanente sobre tudo. São territórios repletos de 'treinadores de bancada', habitualmente muito descomprometidos da 'coisa pública'. Há outros lugares onde as coisas acontecem, as obras avançam, os eventos realizam-se, os mandatos sucedem-se, mas onde permanece uma pergunta: existe pensamento coletivo sobre aquilo que a comunidade quer ser? A Mealhada talvez habite precisamente essa ambiguidade, reveladora de algum alheamento sobre o bem comum.

Quando coloquei ao Professor Carlos Cabral, actual presidente da Assembleia Municipal da Mealhada, a questão sobre se o concelho se pensa a si próprio, a reacção foi a seguinte: "A resposta correcta será 'nim', isto é, sim e não", defendeu. E é possível que seja essa a resposta intelectualmente mais séria.

## A democracia para além da gestão

Por um lado, existe debate institucional, previsto como obrigatório no funcionamento democrático das instituições. Assembleias, reuniões, intervenções e posições distintas e até uma característica menos comum na política contemporânea, como observa Carlos Cabral: existem nos órgãos autárquicos locais "maiorias não partidárias livres de pressões hierárquicas" capazes de trazer para o debate posições menos condicionadas pela lógica nacional dos partidos.

Logo, mais incarnadas na realidade concreta da qual fazem parte integrante. Seria, por isso, injusto afirmar que nada se discute. Mas a questão é outra, mais ampla e profunda. Discutir não é o mesmo que pensar coletivamente. E administrar não é necessariamente imaginar um destino comum.

## O poder distante e invisível

O próprio Carlos Cabral identifica uma segunda dimensão menos visível e mais problemática: grande parte das decisões estratégicas acontecem num plano supramunicipal, nomeadamente na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. A envolvente territorial do município constitui uma condicionante "não sujeita ao debate popular". Aí definem-se prioridades, investimentos, redes, candidaturas, planeamentos e orientações de desenvolvimento territorial, que acabam por influenciar decisivamente os municípios. E, no entanto, quase nada disso entra verdadeiramente no debate público local.

Muito é decidido 'de cima para baixo', distante das pessoas, apenas numa lógica de hipotética interpretação - ainda que legitimada - das suas necessidades e aspirações. Na verdade, não raras vezes, são decisões marcadas pela oportunidade gerada na conjuntura nacional e supranacional, independentemente da vontade popular.

A situação é curiosa. Nunca houve tanto discurso sobre estratégia territorial, sustentabilidade, coesão, mobilidade ou desenvolvimento integrado. Mas

raramente essas expressões chegam ao cidadão comum de forma inteligível e debatida. Existe planeamento. Mas existe apropriação coletiva desse planeamento? Uma parte do problema residirá precisamente aqui: a política local foi-se tornando tecnicamente mais sofisticada e socialmente mais distante.

## O silêncio das associações

Há um outro ponto importante levantado por Carlos Cabral: o enfraquecimento da vida associativa, enquanto espaço de pensamento e participação. Durante décadas, as associações foram muito mais do que entidades organizadoras de festas, eventos, actividades recreativas. Eram lugares de encontro, de confronto, de liderança informal e de produção de visão comunitária. Havia conflitos, vaidades e divisões, naturalmente. Mas havia presença humana, disponibilidade, tempo para discutir.

Hoje, em muitas colectividades, o problema começa logo na constituição dos próprios órgãos sociais. "É cada vez mais difícil conseguir gente disponível para constituir os próprios órgãos sociais", afirmou Carlos Cabral. Faltam pessoas disponíveis, continuidades, gerações intermédias. E as assembleias gerais chegam por vezes a decorrer quase sem participantes, para além de alguns membros dos corpos sociais. Há assembleias gerais convocadas "sem que os sócios saibam sequer que se vão realizar". Nalguns casos, estão presentes apenas "um ou dois sócios para além dos membros dos cor-



Carlos Cabral, presidente da Assembleia Municipal da Mealhada

pos sociais".

A observação de Carlos Cabral é dura, mas merece ser escutada sem paternalismos: "A discussão de ideias não é matéria desejável." A frase inquieta porque contém mais verdade do que gostaríamos de admitir.

Não apenas na Mealhada, em muitas comunidades portuguesas assiste-se a uma lenta erosão dos espaços intermédios de pensamento coletivo. As pessoas continuam a ter opiniões - às vezes muitas e fortes - mas faltam lugares onde elas possam ganhar continuidade, profundidade e consequência.

## A ilusão da participação

As redes sociais criaram a ilusão de participação permanente. Mas comentar não é deliberar. Reagir não é construir visão. E a velocidade emocional da opinião instantânea raramente produz pensamento estratégico sobre uma comunidade. Talvez, por isso, exista hoje uma estranha desproporção entre a quantidade de comunicação pública e a escassez de reflexão pública.

Fala-se muito da Mealhada enquanto marca turística, gastronómica ou territorial. Discute-se investimento, promoção, eventos e indicadores. Tudo isso é legítimo. Mas permanece

espaços onde esse pensamento possa produzir consequência, continuidade ou influência real nas decisões.

Porque uma comunidade não se pensa apenas nos órgãos formais. Pensa-se também nos cafés, nos jornais regionais, nas associações, nas escolas, nas conversas públicas, nos desacordos civilizados e na capacidade de suportar conflitos sem transformar toda a divergência em ameaça pessoal

Aqui a questão torna-se mais delicada. Pensar coletivamente exige tempo, paciência e disponibilidade para a complexidade. E vivemos numa época profundamente hostil à complexidade. Tudo tende a ser simplificado: as decisões políticas, os debates públicos, os problemas sociais, a linguagem. Exige-se opinião rápida, posição clara e resposta imediata. O pensamento lento tornou-se quase suspeito.

Nesse contexto, a gestão substitui frequentemente a visão. Governa-se o imediato. Resolve-se o operacional. Cumpre-se calendário. Mas pensar o longo prazo implica outro tipo de disponibilidade intelectual e cívica.

## Um concelho que ainda se imagina?

A Mealhada não está isolada neste fenómeno. Mas isso não torna a questão menos urgente. Porque um concelho que deixa de se interrogar sobre si próprio corre o risco de sobreviver administrativamente, enquanto empobrece simbolicamente. Continua a existir no mapa, mas perde densidade interior. Funciona, mas já não se imagina.

Talvez seja excessivo pedir grandes projetos filosóficos a uma comunidade local. Mas não deveria ser excessivo esperar que exista, pelo menos, vontade de discutir seriamente aquilo que se quer preservar, transformar ou construir.

A pergunta permanece em aberto. A Mealhada pensa-se a si própria? Talvez a resposta continue a ser "nim". E talvez o mais preocupante seja o facto de essa ambiguidade começar a parecer normal.



Um lugar icónico e central, a Câmara da Mealhada e o Jardim Municipal

# Reforma sobre habitação



LUIZ VILAR \*

Depois de ter dado o meu contributo para o SNS e reforma da lei eleitoral, hoje vou apresentar as minhas propostas para a grave crise da habitação que vivemos em Portugal.

Como sempre disse, a noção neoliberal de que o mercado tudo resolve, está demonstrado que é uma falácia e uma mentira escandalosa de alguns políticos.

Nos últimos 20 anos em que os Governos não apresentaram uma reforma e o mercado esteve a construir, chegámos à situação de que em Portugal o preço das casas e do arrendamento, são dos mais elevados da Europa, o que contrasta com os vencimentos que são dos mais baixos da UE. E, tal como a saúde, a habitação é um direito constitucional dos portugueses.

Antes de entrarmos no tema da habitação é preciso sabermos quanto pode ser suportado dos rendimentos de um agregado familiar. Caso contrário, vamos cair em situações de falência ou de endividamento e, naturalmente, estamos a criar um problema ainda maior, nomeadamente o crédito mal parado nos Bancos.

Pela minha experiência pessoal quando geri uma “empresa” sem fins lucrativos, em tudo semelhante a um agregado familiar, deparei-me com uma situação de falência, porque a renda consumia perto de 40% dos proventos. Fizemos um estudo sério e concluímos que a renda nunca poderia ser superior a 30% dos proventos gerados. Ao fim de 9 anos, a “empresa” deixou de ter capitais próprios negativos, já não precisava de empréstimos e o saldo médio da conta à ordem era de 100 mil euros.

Mas, para se falar de habitação, temos que separar a aquisição de habitação e o arrendamento. A aquisição deve ser dividida com o mercado a funcionar, onde os preços são ditados pelo próprio mercado e a aquisição a preços controlados.

Sabemos pelo INE que o salário médio em Portugal, consoante a zona onde residimos varia entre os 1.500 e os 2.500 euros. A partir daqui podemos facilmente definir o que pode ser o arrendamento ou venda a preços controlados.

Se não utilizarmos estes critérios podemos fazer com que as famílias entrem em incumprimento e estaremos a gerar um problema

ainda maior, com incumprimentos a gerarem falências familiares e caso da compra uma dívida bancária com todos os problemas que tal acarreta.

A construção para arrendamento ou venda a preços controlados pode e deve ter, nos termos Constitucionais, apoios dos Governos e das Autarquias. Desde logo, o IVA deve ser só de 6% e as taxas e outros impostos reduzidos significativamente, após estudo a efectuar.

## Terrenos e edifícios vazios

Claro está que, depois vão sempre aparecer casos pontuais, como por exemplo os rendimentos de um agregado familiar, com um só vencimento. Estes casos terão de ter uma comparticipação do Estado para suprir a falta do outro vencimento.

Não posso, não quero, nem devo deixar de falar da habitação social que já hoje existe mas que não é suficiente para erradicar os bairros de lata, em particular em Lisboa e Porto. Mas, também aqui o Estado e as Autarquias devem ter o cuidado de combater os guetos, o mesmo é dizer, uma maior inclusão social.

Contudo, existem situações escandalosas de terrenos e edifícios já existentes que são pertença do Estado e das Autarquias que continuam vazios e que só a natural lentidão da máquina estatal ainda não resolveu. Para falar só do que conheço, vou referir-me a Coimbra, onde tive responsabilidades na habitação social.

O edifício do antigo Quartel-General, as antigas instalações da Polícia Militar, os terrenos Terrenos e edifaos andares existentes na Rua da Sofia e tantos outros, davam para fazer mais de 1.000 casas a preços controlados. Mas existem mais, que só não os divulgo já, para não prejudicar o trabalho de quem tem essa tarefa. Aliás, já me disponibilizei para ajudar mas não gosto de ser metediço.

Até aqui dei os meus contributos para as reformas na Saúde, na Lei Eleitoral e agora na Habitação. Vou continuar a escrever sobre assuntos que interessam aos portugueses e que em muito ajudariam a consolidar a Democracia, ao mesmo tempo que se combate os extremismos de Direita e de Esquerda que, invariavelmente, inquinam o debate e a resolução efectiva dos problemas que interessam aos portugueses.

(\*) Ex-autarca

# A grande Casa de Cultura Convívio e Desporto da zona norte de Coimbra



JORGE GOUVEIA MONTEIRO\*

“N uma Cidade como Coimbra, que se pretende um organismo vivo onde tudo e todos interagem com todos e com tudo, não há lugar a tecidos mortos, tampouco dormentes. Por isso, o papel dos que amam a Cidade é reconstruir artérias e veias, restabelecer trocas e comunicações, implantar “acordatórios” que acelerem a irrigação e a vida plena” (Texto introdutório do Vereador da Habitação, ao catálogo “Centro Cívico do Planalto do Ingote”, editado em Abril de 2004 pela Câmara Municipal de Coimbra).

Ainda hoje me espanta a ousadia do Executivo presidido por Carlos Encarnação, ao avançar com um grande concurso público para o projeto de Centro Cívico do Planalto do Ingote. A ideia foi minha (à época Vereador eleito na lista da CDU), mas a Câmara de maioria absoluta PSD abraçou-a e o concurso avançou. Foi ganho por Carrilho da Graça (sim, o mesmo grande arquiteto que projetou o Convento de S. Francisco); fizemos uma bela exposição no Centro de Artes Visuais (CAV), editámos o catálogo e

candidatámos a obra a financiamento do Governo nacional. O Ministro da tutela (José Luís Arnaut - PSD, mais tarde Goldman Sachs) viria a Coimbra comunicar o chumbo do financiamento e, desde então, o Centro Cívico do Planalto aguarda uma Câmara e um Governo que tenham ousadia equiparada.

Como sempre se afirmou, do que se tratava não era de fazer um pequeno salão para as 800 famílias (Monte Formoso incluído) da proximidade direta. Do que se tratava e trata é de dotar toda a zona Norte da Cidade de um equipamento de grande qualidade, para o teatro, a música, a dança, o convívio e o desporto. Paredes meias com um equipamento residencial especializado (apoio médico continuado, idosos, pessoas em risco), da responsabilidade da ADFP, a quem Manuel Machado tinha, 3 anos antes, cedido o terreno para o efeito.

Sinto uma enorme revolta quando responsáveis políticos olham para um projeto desta importância, num terreno que é público e muito valioso, onde o Município já aplicou cerca de 3 milhões de euros (terreno + projeto + infraestruturas) com a condescendência blasée dos ricos e poderosos, para quem o simples facto de se situar no Ingote já é sinónimo de depreciação. Não recusam, não estudam, adiam, vão ver melhor, repensar.

## Por quê este snobismo beto-coimbrão?

Tantas cidades europeias, incluindo algumas portuguesas, reconverteram antigas zonas de habitação social em tecidos vibrantes de cultura e vida cívica, por quê este snobismo beto-coimbrão? Por que não fasear o investimento, começar pelo pavilhão desportivo, ou pelo auditório, acrescentar todos os anos uma nova peça? Justiça seja feita à Junta e Assembleia de Freguesia de Eiras e às Associações de Moradores, que se têm batido, persistentemente, pelo Centro Cívico do Planalto.

Termino com o último parágrafo do texto do catálogo, que escrevi há 22 anos:

“São as pessoas que, ao tirarem o máximo partido deste invulgar equipamento, lhe conferirão identidade e justificação plenas. Só quando o virmos cheio de gente nos espetáculos e nas horas do desporto, ou tão simplesmente na praça conversando, os autocarros que chegam e partem, as lojas abertas e as oficinas a trabalhar, enquanto as crianças vêm da escola e param para tomar uma refeição ou fazer os trabalhos de casa, só então, sim, estaremos certos de que aqui está um pedaço que faltava à Cidade de Coimbra.”

# Semântica da UC ameniza cancelamento a que ela prefere chamar suspensão



RUI AVELAR

Três semanas depois de ter reiterado que a intenção de alteração do Regulamento de prestação de serviço docente era para concretizar, a Universidade de Coimbra optou pela suspensão da medida, “tendo em conta a revisão do Estatuto da Carreira Docente” (ECD), cuja conclusão se aguarda para breve.

Em resposta ao “Campeão”, que dedicou notícia ao assunto na sua anterior edição impressa, uma porta-voz da UC, ao confirmar o recuo, alude a suspensão e não a cancelamento,

fazendo notar que em sede de revisão do ECD “as matérias legais em causa poderão vir a ser melhor esclarecidas”.

A menos de um ano da eleição do(a) próximo(a) reitor(a), a semântica usada, sem descartar a alteração do regulamento, fica à mercê do alinhamento (ou da inexistência) do(a) futuro(a) titular da Reitoria em relação a Amílcar Falcão.

A par dos vice-reitores cesantes Alfredo Dias (Ciências e Tecnologia) e Delfim Leão (Letras), são tidos como candidatos a reitor(a) Carlos Robalo Cordeiro (Medicina) e Cláudia Cavadas (Farmácia).

Como noticiou o nosso Jornal, um “Manifesto pela docência e investigação na Universidade de Coimbra”, posto a circular no passado recente, alertava

para alegada “ingerência sem precedentes na vida profissional e pessoal” dos professores.

O documento surgiu na sequência de outro, que foi subscrito por 70 docentes da Faculdade de Direito de Coimbra, intitulado “O declínio da profissão: causas e soluções”.

No Conselho de Gestão da UC, a par do reitor, do vice-reitor Luís Neves e do administrador Luís Bento Rodrigues, tem assento, mediante escolha de Amílcar Falcão, o professor associado da FDUC Licínio Lopes Martins, que é um dos subscritores da sobredita carta aberta à comunidade académica.

Um recuo é um recuo. Acresce que, quando não se pode voltar a ter iniciativa, o recuo consiste em cancelamento e não em suspensão.

## Decidir Coimbra (II) Entre decisão e critério



ADELINO GONÇALVES\*

No primeiro texto desta trilogia ficou em aberto uma questão essencial: o que significa decidir com base em critérios e não apenas em circunstâncias?

A pergunta é simples, mas remete a um problema central da decisão pública: a relação entre escolha e fundamentação. Decidir não é apenas escolher entre alternativas, mas fazê-lo de forma compreensível, justificável, consistente - e com uma ideia de direção. Neste caso, a transformação de partes significativas do centro alargado de Coimbra ou da cidade no seu todo.

É isso que distingue uma decisão circunstancial de uma decisão estruturada.

Quando se invoca a ne-

cessidade de "flexibilizar" ou de "responder a situações concretas" - como tem acontecido no contexto da suspensão parcial do PDM, evocando o problema da habitação -, reconhece-se que a realidade é mais complexa do que o plano permite abarcar. Isso é legítimo. Nenhum plano antecipa todas as situações. Mas é por isso que os critérios se tornam indispensáveis.

Generalizar este problema a qualquer PDM tem, porém, um efeito adicional: dilui a análise concreta de cada território e dificulta perceber em que casos existe, de facto, um desajustamento que justifique soluções excepcionais.

Sem critérios claros, a flexibilidade corre o risco de se transformar em arbitrariedade, ou, pelo menos, de ser entendida como tal. O que hoje se decide com base numa interpretação, amanhã pode ser decidido de forma diferente, sem que

se perceba porquê. Assim, a questão deixa de ser apenas política e passa a ser também uma questão de conhecimento.

### Clarificar objetivos

Definir critérios e torná-los públicos não é um exercício burocrático. Significa clarificar objetivos e antecipar consequências. Significa construir um quadro de referência que oriente decisões para além de cada caso concreto - leia-se operação urbanística nas áreas abrangidas.

É esse quadro que se materializa na forma e na qualidade do espaço público e da arquitetura. Por isso, a decisão urbanística não pode prescindir de um suporte técnico e científico consistente, não para substituir a política, mas para torná-la mais informada e coerente.

O desconhecimento dos critérios complica a decisão. Em vez de assentar em refe-

renciais conhecidos, passa a depender da interpretação de quem decide em cada momento, e quando isso acontece, pode tornar-se difícil perceber a coerência das decisões.

Não se trata, portanto, de saber se devem existir exceções, mas em que condições podem ser admitidas e como contribuem - ou não - para a coerência do conjunto das decisões.

É neste ponto que a discussão se torna mais exigente: a necessidade de construir referenciais que tornem as decisões compreensíveis, consistentes e partilháveis. Referenciais que não sejam apenas normativos, mas que permitam antecipar e discutir a forma como a cidade se deve transformar através do desenho urbano e da exploração de cenários nas áreas onde o PDM está suspenso.

É essa dimensão que importa aprofundar: que tipo de referencial pode assegurar coerência e dar continuidade às decisões para além das circunstâncias imediatas?

(\*) **Arquitecto e Professor Associado da Universidade de Coimbra**

## Entre Sísifo e o Instagram



HÉLDER RIBAU\*

Na mitologia grega, Sísifo foi condenado pelos deuses a empurrar eternamente uma pedra até ao topo de uma montanha. Sempre que estava prestes a chegar ao fim, a pedra voltava a cair. O castigo não era físico. Era psicológico. Era a repetição infinita sem conclusão, sem vitória definitiva e sem possibilidade de descanso.

Durante séculos, o mito foi interpretado como uma metáfora do absurdo da existência humana. Mas talvez nunca tenha sido tão actual como hoje.

A sociedade contemporânea criou uma nova forma de condenação silenciosa: a obrigação permanente de felicidade. Nunca tivemos tanto acesso a conforto, tecnologia, entretenimento, consumo e exposição pública. E, paradoxalmente, nunca existiu tanta ansiedade coletiva em torno da necessidade de parecer bem, estar bem e viver bem.

A felicidade deixou de ser uma consequência possível da vida para passar a ser quase uma obrigação social.

As redes sociais transformaram momentos em montras. O descanso passou a ter de ser produtivo. O sucesso tornou-se comparável em tempo real. Até o sofrimento parece precisar de justificação pública para ser legitimado. Existe uma pressão constante para demonstrar equilíbrio emocional, realização pessoal, estabilidade financeira, capacidade física, vida social ativa e propósito permanente.

No fundo, a pedra de Sísifo continua a existir. Apenas mudou de forma.

Hoje, milhões de pessoas acordam diariamente para empurrar a sua própria versão dessa pedra invisível: a necessidade de corresponder a uma ideia artificial de felicidade contínua. E o mais curioso é que o topo da montanha nunca chega verdadeiramente. Há sempre mais qualquer coisa para atingir. Mais produtividade

de. Mais reconhecimento. Mais validação. Mais experiências. Mais performance.

O filósofo Byung-Chul Han descreve esta realidade como a sociedade do desempenho. Já não vivemos apenas sob pressão externa. Passámos a explorar-nos a nós próprios. Tornámo-nos simultaneamente trabalhadores e vigilantes da nossa própria vida.

E isso altera profundamente a forma como as pessoas vivem o quotidiano.

A tristeza tornou-se desconfortável. A dúvida tornou-se sinal de fraqueza. O silêncio passou a parecer improdutivo. Até o fracasso perdeu espaço para existir naturalmente. Tudo tem de ser imediatamente superado, transformado em aprendizagem ou convertido em narrativa inspiradora.

Mas a vida real não funciona assim.

Nenhuma existência humana é linear. Nenhuma organização, nenhuma família, nenhuma carreira e nenhuma sociedade vive num estado permanente de felicidade ou sucesso. A maturidade talvez comece precisamente quando se aceita que viver não é eliminar todas as dificuldades, mas aprender a coexistir com elas sem transformar cada imperfeição numa sensação de derrota.

Albert Camus escreveu que "é preciso imaginar Sísifo feliz". A frase tornou-se célebre porque desafia a lógica da condenação. Camus não defendia felicidade ingénuo. Defendia algo mais difícil: a capacidade de encontrar sentido mesmo sabendo que a vida inclui repetição, desgaste, falha e incerteza.

Talvez o problema da era contemporânea seja precisamente este: confundimos felicidade com ausência de desconforto. E isso cria uma sociedade emocionalmente frágil, permanentemente cansada de perseguir uma imagem impossível de plenitude contínua.

A felicidade nunca foi um estado permanente. Sempre foi episódica, imperfeita e intermitente. Como quase tudo o que é verdadeiramente humano.

(\*) **Economista**

## A velhice já não é um posto



HERNÂNI CANIÇO\*

O envelhecimento trará aquisição de conhecimentos, a respeitabilidade da família e da sociedade e o mérito pela qualificação do percurso de vida, em que a experiência ultrapassa o imediatismo e a paixão se mantém ou se frena, mas a maturidade leva a pessoa a encarar os acontecimentos de forma mais tranquila.

A evolução da ciência em saúde, a melhoria da condição socioeconómica e os estilos de vida saudáveis levaram ao aumento da esperança média de vida, com maior longevidade e qualidade de vida, transformando doenças fatais em doenças evitáveis, alargando o período de vigência de doenças crónicas, reduzindo a mortalidade neonatal e seu impacto, melhorando a higiene e nutrição adequada.

A práxis do envelhecimento activo e saudável conduziram à maximização das

oportunidades de saúde, ao exercício físico e segurança alimentar, à persistência de autonomia e independência, à saúde mental sem isolamento, com estabilidade e criatividade, à participação cívica e manutenção da integração na sociedade.

A par destas transformações positivas, houve perdas consideráveis da consideração e respeito pelos mais velhos, do traquejo obtido no seu percurso, da vivência das dificuldades de ordem económica, social, laboral e profissional, do estatuto de amigo, conselheiro, habilitado e sábio.

Um velho que deixa a fase produtiva profissional e a influência da sua função de poder, direcção ou decisão, passa a ser, na maioria dos casos, uma pessoa para aqueles com que se relacionava, sendo de gerações diferentes, ignorada ou mesmo desprezada, desconhecida ou de cumprimento de conveniência, do tipo "tirem-me daqui este emplastro".

Há necessidade de ativar um processo de mudança, no mundo que gira e avança, com novos protagonistas e intelectos novos, mas não

há necessidade de desperdiçar práticas e seus frutos comprovados, de fazer do idadismo uma característica de seleção para o decisor o colocar na "prateleira", de ter menosprezo ou mesmo agir com afronta e ultraje pelos mais velhos.

### Idadismo ou ageísmo

O idadismo ou ageísmo é um preconceito baseado em estereótipos e discriminação contra pessoas em função da idade (muito velhos ou muito jovens), excluindo-as, marginalizando-as ou infantilizando-as, desvalorizando a sua competência e capacidade de aprendizagem, e limitando o seu contínuo desenvolvimento.

Confesso que quando era um médico novo queria ser um médico velho, e hoje, que sou um médico velho (e velho professor), queria ser um médico novo, mas a faculdade de exercício profissional e a actualização científica não esmoreceram, por ora, reabilitando a expressão "ser médico é para toda a vida".

As expressões "idoso" e "ancião" nem sempre são proferidas com dignidade,

respeito e afecto, sendo demasiadas vezes referidas com despeito, desprimor e mesmo antipatia (por concorrência?), sendo aconselhável mencionar "pessoas idosas" (combate o etarismo), "pessoas mais velhas" (simplesmente) ou "seniores" (idade, experiência, autonomia e especialização).

Por outro lado, a idade não é uma doença, embora comporte maior risco de surgimento de doenças, particularmente se aliada a comportamentos (como a frágil socialização e a tristeza) e a estilos de vida não saudáveis, nomeadamente adições (tabagismo e outras dependências).

Medidas de política, como no poder local de proximidade, que se organizam em cidades "amigas dos idosos", em constituição de conselho municipal sénior (não comissões de protecção paternalista), ou em rede de órgãos municipais de qualidade de vida, são úteis.

A velhice já não é um posto, nem precisa. Mas precisa ser reconhecida pela dignidade, respeito e competência.

(\*) **Médico**

## F\_R\_A

### AAC APOIADA COM 270 MIL EUROS PELA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Presidente da DG/AAC, José Machado, a administradora da DG/AAC, Matilde Vaz, e o Reitor da UC, Amílcar Falcão (foto Hugo Faria)

A Universidade de Coimbra (UC) apoia a Associação Académica de Coimbra (AAC) com 270 mil euros, no âmbito do contrato-programa anual de apoio às actividades de carácter cívico, cultural, artístico e desportivo da organização estudantil. O acordo foi assinado, na passada quinta-feira, pelo Reitor Amílcar Falcão e pelo presidente da Direcção-Geral da AAC, José Machado, na Reitoria da UC. O contrato-programa contempla o financiamento de cerca de 50 projectos de âmbito diversificado, como desporto universitário, cultura e expressão artística, responsabilidade social, promoção da UC e AAC, e despesas de funcionamento da AAC. "A AAC é um parceiro determinante da UC, colaborando permanentemente na atracção, no acolhimento e no acompanhamento dos estudantes e promovendo actividades extracurriculares, de carácter cívico, cultural e desportivo, que muito valorizam a nossa Academia. Este apoio anual é uma forma de robustecermos ainda mais estas iniciativas", - declara o Reitor da UC, Amílcar Falcão. "Ano após ano, a Universidade de Coimbra tem reforçado o apoio financeiro prestado à actividade desportiva, cultural e cívica da Associação Académica de Coimbra, uma prova dada da relação singular que une ambas as instituições", afirma, por seu lado, o presidente da Direcção-Geral da AAC, José Machado. Refira-se que a Associação Académica de Coimbra/Universidade de Coimbra (AAC/UC) conquistou nove medalhas no Campeonato Nacional Universitário (CNU) de Canoagem, somando dois títulos nacionais universitários, cinco segundos lugares e dois terceiros lugares. A competição contou com a presença de 76 estudantes-atletas, em representação de 17 clubes FADU, que disputaram várias provas. O CNU de Canoagem realizou-se no Centro Náutico de Montemor-o-Velho, numa organização da Federação Académica do Desporto Universitário (FADU), em coorganização com a Federação Portuguesa de Canoagem.

## VINAGRETAS

### NÃO GANHARAM PARA O SUSTO!



Criança desaparecida estava, na verdade, dormir a sesta no armário

Toda a gente sabe, - até quem não tem filhos -, que as crianças podem ser uns verdadeiros traquinas. Vários especialistas defendem que uma dose equilibrada de traquinice é saudável e faz parte da infância, no entanto, muitas vezes vem aliada a uns belos sustos que deixam qualquer um sem fôlego. Foi isso mesmo que aconteceu, recentemente, em Lousada, no distrito do Porto. Uma família viveu momentos de angústia e aflição depois de não conseguir encontrar um menino de três anos dentro de casa. O pânico instalou-se, já que, do nada, a criança desapareceu e não estava em parte nenhuma do imóvel. Durante duas horas, familiares e vizinhos desesperaram por não saberem do paradeiro do pequenino e, por isso, as autoridades foram alertadas e, nas redes sociais, começaram a circular apelos que mobilizaram a comunidade local. Com receio que, sem que ninguém se apercebesse, o menino tivesse deixado o interior da casa, os pais tentaram reunir o máximo de ajuda possível e a tensão instalou-se. Contudo, nem tudo o que parece é e, felizmente, tudo não passou disso mesmo: um grande susto. Ao procurá-lo ainda dentro do apartamento, a Guarda Nacional Republicana (GNR) encontrou um cenário de verdadeira doçura. O pequenito estava apenas a descansar, tranquilamente, dentro de um armário. Ora, bem sabemos que as crianças gostam de dormir o seu soninho descansadas e foi isso que este menino decidiu fazer. De facto, os armários não são o sítio mais comum para o efeito, contudo, talvez este pequeno traquina quisesse viver uma aventura nova. E conseguiu! É que, ao longo de duas horas, conseguiu parar o mundo de dezenas de pessoas. Assim que acordou, foi ter com os seus pais de forma completamente espontânea, como se nada tivesse acontecido. Digam lá que a inocência de uma criança não é uma verdadeira ternura?

### PARA DESGRAÇAS, JÁ BASTAM AS QUE TEMOS!



Isaltino quer contratar médicos e enfermeiros

O Presidente da Câmara Municipal de Oeiras veio a terreiro dizer que vai propor à ministra da Saúde que a gestão do Centro de Saúde de Oeiras passe para a tu-

tela da autarquia que lidera. Isaltino Morais é demais conhecido pela forma directa e até "desbocada" com que diz tudo, muitas vezes, sem filtros. A proposta, que já foi colocada à administração do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, funcionaria em regime de projecto-piloto pelo período de cinco anos, com o objectivo de aliviar as urgências hospitalares e melhorar a assistência aos utentes. A sugestão do edil passa por querer que a autarquia tenha o poder de contratar médicos, enfermeiros e auxiliares. Por mais que a ideia seja positiva, há coisas que não podem ser confiadas a quem não tem aptidão técnica nem capacidade para tal. Por mais que o Estado falhe todos os dias aos portugueses num direito elementar. Por mais que a revolta possa ser grande. Por mais que nos custe a todos. A gestão política da Saúde tem de ser confiada a quem, aconselhado, percebe da "poda". Sobrepor poderes (sem crivo) é deixar (ainda mais) à deriva um Serviço Nacional de Saúde que precisa de conhecimento e cuidado e não de demagogia política. Que este caso não incentive outros a seguir o mesmo caminho. Para desgraças, já bastam as que temos!

### O MUNDO MUDOU E (ÀS VEZES) ISSO NÃO É BOM



### O telemóvel destronou o livro ou o jornal nos transportes

O caso que iremos descrever é, provavelmente, transversal em todo o País, com mais visibilidade nas grandes cidades, onde está mais à vista do cidadão comum. O Mundo mudou, é certo, mas em algumas situações não foi para melhor. Sabemos que as tecnologias, os telemóveis, as redes sociais e toda a panóplia de opções, vieram para ficar. Mas tudo isso tem um preço, que nos priva de algo que nos acrescenta de outro modo. Falamos do hábito da leitura, seja de jornais ou de um livro (físico), nos transportes públicos. É já raro (para não dizermos impossível) vermos carruagens de metro, comboios ou autocarros à pinha com um livro na mão ou um molho de jornais debaixo do braço. A leitura, que em Portugal nunca superou recordes, está cada vez mais nas ruas da amargura. Bem sabemos ser possível fazê-lo nos écrans, mas duvidamos que as escolhas sejam essas, quando o poder das redes sociais e do hábito infinito de fazer scroll vence qualquer outra guerra. A leitura à moda antiga não pode ser aniquilada só porque os tempos mudaram, ela não se desadapta, simplesmente coexiste com os novos tempos. A escolha está nas decisões que os utilizadores tomam. Não, a internet não dá todas as respostas, muito menos informação detalhada e fiável que oferece um jornal ou a riqueza ímpar de um livro. Queremos mesmo matar-nos com a voracidade fácil e as opções de 'plástico' que estamos a tomar? Pensem nisso e decerto que olharemos de outro modo para a forma como nos deixámos aprisionar pelo clique cego e fácil.

### FICHA TÉCNICA

EDIÇÃO COIMBRA  
www.campeoaprovincias.pt

Telefone 239 497 750 | E-mail campeoajournal@gmail.com  
Editor/Propriedade REGIVOZ, Empresa de Comunicação, Lda. NIPC 504 753 711  
Sede Editor/Redacção Rua Adriano Lucas, 216 Az. D - Eiras 3020-430 Coimbra  
Director Lino Vinhal (CP 77)  
Editor Executivo Luís Santos (responsável executivo por esta edição)  
Redacção Lino Vinhal (CP 77), Luís Santos (CP 345),  
Joana Alvim (CP 7607) e Cristiana Dias (CP 8248)  
Director Comercial Carlos Gaspar  
Directora de Marketing e Publicidade Adelaide Pinto 239 497 750  
jornalcp.adelaidepinto@gmail.com

Design e Paginação Campeão das Províncias

Impressão FIG - Indústrias Gráficas, S.A.; Rua Adriano Lucas, 3020-430 Coimbra

Distribuição VASP - Sociedade de Transportes e Distribuição, Lda. R. da Tascoa, n.º 16 - 4.º Piso, 2745-003 Queluz  
Telef. 214 398 500, Fax: 214 302 499

Registo SRIP sob o n.º 222567; ISSN: 1645 - 2968; N.º ERC: 122568 | Depósito Legal n.º 127443/98

Preço de cada número 1€ | Assinatura anual 40,00€ | Tiragem média 9.000 exemplares

LEI DA TRANSPARÊNCIA - Propriedade Regivoz, Empresa de Comunicação, Lda. Capital Social 5.000,00 euros.

Participações no capital Maria de Fátima Rodrigues Viegas Vinhal - 2.500 euros (50%); Lino Augusto Vinhal - 2.500 euros (50%).

Gerência Lino Augusto Vinhal

Estatuto Editorial em www.campeoaprovincias.pt



## VINAGRETAS

### A OCASIÃO FAZ O... COZINHEIRO



Assaltaram o restaurante "Cova Funda", mas o gás levou a melhor

O restaurante Cova Funda, na Baixa de Coimbra, foi assaltado na madrugada da passada quinta-feira (7). As caixas registradoras ficaram danificadas, foram roubadas bebidas e o estabelecimento foi vandalizado. Como se não bastasse a audácia de mexer com o sustento de quem lá trabalha, os ladrões ainda decidiram ser engraçadinhos. Antes de fugirem, acharam que seria boa ideia fazerem uma refeição no local e, por isso... tentaram cozinhar. É verdade, ao se aperceberem da carne que o restaurante tinha guardada, decidiram usá-la mesmo ali. No entanto, estes masterchefs não tiveram muita sorte, já que não conseguiram ligar o gás. Não se sabe que petisco estavam a planear executar, e muito menos o que lhes passou pela cabeça para se armarem em cozinheiros durante um assalto. O certo é que este acto insólito põe a descoberto o à vontade que, actualmente, existe em cometer um crime como este. É que, até então, o normal seria os ladrões quererem terminar o assalto o mais rapidamente possível com medo de serem apanhados. Ora, cozinhar um belo bitoque e ainda comê-lo não é propriamente rápido. Contudo, também temos de tentar colocar-nos no sapato do outro. Quando a fome aperta, o cérebro perde a capacidade de pensar em condições e, vejamos bem, a carninha estava mesmo ali a olhar para eles com cara de "come-me". Se há quem diga que "a ocasião faz o ladrão" porque não assumir que, neste caso, a ocasião fez o cozinheiro? Ou, pelo menos, tentou, já que eles bem quiseram, mas foram tramados pelo gás. É que uma coisa é ser inteligente para invadir os espaços alheios, outra é fazer uma coisa difícil como abrir o gás. Uma chatice não terem conseguido. Seria uma ótima oportunidade para ganharem uma alcunha como os assaltantes profissionais. A deles seria: "ladrões gourmet".

### A VERDADEIRA QUEIMA

Parece que a tentativa de ter o espírito académico na capital acabou antes de a primeira imperial ser tirada. Lisboa tentou vestir o traje e organizar a sua própria Queima das Fitas, mas o resultado foi um balde de água fria. Aqui estão os detalhes desta "quase-festa", com o devido respeito a quem realmente sabe o que é uma noite de Queima: A Federação



Académica de Lisboa tinham tudo planeado para estes dias 15 e 16 de Maio, no Estádio Universitário. O cartaz estava montado, os bilhetes estavam à venda e a promessa era de 5.000 pessoas por dia. Mas, tal como um calo que se perde no caminho para a Faculdade, o evento foi cancelado a menos de uma semana da data. Pelos vistos, a logística lisboeta não aguenta o ritmo das tradições seculares de Coimbra e seguidas pelo Porto. Enquanto na Queima de Coimbra ou do Porto a festa só acaba quando o sol nasce (por volta das 6h00), em Lisboa a Câmara Municipal decidiu que à 1:00 era hora

de ir para a cama. A organização lamenta que os prédios habitacionais atrás do Estádio Universitário tenham sido um entrave devido ao ruído. Pelos vistos, em Lisboa, duas noites de festa num ano inteiro é pedir demais à vizinhança, enquanto em Coimbra, no Queimódromo, são nove noites seguidas (22 a 30 de Maio). Para os estudantes de Lisboa resta o consolo de que a parte solene - a benção das fitas e a serenata (?) - ainda se mantém. Quanto aos concertos e à verdadeira "poda", parece que os estudantes da capital vão ter de continuar a apanhar o comboio para Coimbra se quiserem ver como se faz uma Queima a sério.

### MAIS EUROPEU NÃO HÁ



Parece que Portugal decidiu, finalmente, ganhar uma medalha de ouro: a de "Melhor Aluno da Turma Europeia". Enquanto o resto da Europa olha para Bruxelas com aquele cepticismo de quem espera uma encomenda que nunca chega, os portugueses estão prontos para tatuar as doze estrelas no braço. Diz o Eurobarómetro que 93% dos portugueses veem a UE como um factor de estabilidade. Basicamente, se a UE fosse uma banda de rock, Portugal seria aquele fã que dorme à porta do estádio só para ver o soundcheck. Enquanto a média europeia de confiança se fica pelos 51%, nós atingimos uns orgulhosos 73%. É o nível mais alto desde 2019, o que prova que, quanto mais o mundo parece um filme de terror, mais nos queremos agarrar à "saia" da mãe Europa. Somos muito europeístas, sim senhor, mas não nos peçam para pagar a conta do jantar. Queremos que o orçamento da UE vá para o emprego, assuntos sociais e saúde (66% em Portugal contra 41% na Europa). É o clássico: "Amo-te muito, Europa, agora ajuda-me a pagar a renda". Mas não se pense que os portugueses só olham para o umbigo, porque estão particularmente nervoso com o que se passa lá fora. A guerra na Ucrânia tira o sono a 42% dos portugueses, o dobro da média europeia (20%). Talvez por isso, 81% de nós quer uma política comum de defesa, queremos que a Europa nos proteja, de preferência com um escudo que também bloqueie a inflação. Curiosamente, os jovens entre os 15 e os 24 anos são os mais optimistas (68%). É bom ver que as novas gerações ainda acreditam no Pai Natal... ou, neste caso, na Comissão Europeia. Para eles, a UE é sinónimo de paz, democracia e Estado de direito. É uma visão romântica, quase poética, que provavelmente sobrevive até à primeira vez que tentarem pedir um crédito habitação.

### COIMBRA QUER SER BRIOSA



Parece que Coimbra finalmente percebeu que o Estádio Cidade de Coimbra serve para mais do que receber grandes concertos, ou alojar grandes e prestigiadas empresas. A cidade acordou do seu sono para se lembrar que a Briososa existe, respira e, milagrosamente, está prestes a fugir do "calvário" da Liga 3. No próximo sábado, dia 16, às 16h30, o adversário da Académica-OAF será o Trofense, que, esperamos, não terá a ingrata tarefa de tentar estragar a festa em pleno Calhabé. A matemática é simples, até para quem não é de Engenharia: o objectivo é a subida directa à Liga 2. A equipa vem de

uma reviravolta épica contra o Mafra, com golos que fizeram muita gente acreditar que, se calhar, Deus é mesmo estudante em Coimbra. As redes sociais estão mais quentes do que a Praça da República numa noite de Queima e a Bancada Nascente Inferior do Estádio já foi à vida. O objectivo é meter 15.000 pessoas lá dentro, só para mostrar que a Liga 3 é pequena demais para a Briososa. E o apelo é claro: nada de polos coloridos, pois a ordem é aparecer de capa e batina para intimidar o adversário com o peso da tradição. À volta do Estádio prepara-se um "Inferno Negro", pois está a ser organizada uma recepção ao autocarro da Académica com tochas e fumos. Por isso, se vires uma nuvem preta sobre Coimbra, não é trovoadas, é só a malta a tentar garantir que os jogadores entram em campo a sentir que devem a vida à cidade. Como a Briososa depende praticamente de si mesma para devolver Coimbra ao mapa do futebol profissional, deixem os estudos de lado por umas horas. É tempo de acabar com o sofrimento e mostrar que, em Coimbra, quem manda ainda é a lição - mas, desta vez... de bola!

### LÁ SE VÃO OS PINHEIROS

Parece que em Coimbra nem só os estudantes têm dificuldades em "criar raízes", porque, agora, até os pinheiros-mansos da Avenida Elísio de Moura decidiram que o subsolo da cidade é demasiado claustrofóbico para os seus padrões. Graças a um parecer técnico da Universidade de Coimbra, descobriu-se que



As raízes estão a destruir lancis e a levantar o chão

as árvores andavam a sofrer de um "efeito de colete-de-forças". Pelos vistos, alguém no passado achou que plantar árvores sobre um antigo pavimento enterrado era uma ideia brilhante de design urbano. As raízes, impedidas de descer por uma barreira impermeável, decidiram revoltar-se, destruindo lancis e levantando o chão. A sentença é o abate dos pinheiros, uma decisão apoiada até pelo movimento ClimAção Centro, que admite que o erro histórico de planeamento não deixa alternativa. Embora a Câmara não queira entrar em detalhes numéricos, estima-se que até 47 pinheiros-mansos passem pelas mãos da serra eléctrica. E não deixa de ser irónico que, numa cidade que tanto se orgulha das suas fundações históricas, sejam precisamente as "fundações" mal feitas de uma avenida a ditar o fim de dezenas de árvores. Resta-nos esperar que, na próxima vez que alguém decidir plantar algo em Coimbra, se lembrem de verificar se não há uma estrada romana ou um pavimento do século passado a servir de "tampa" para a natureza.

### ANA "VRUM" ABRUNHOSA

Há quem diga que para ser presidente da Câmara de Coimbra é preciso ter voz grossa e mão firme, mas Ana Abrunhosa veio provar que, às vezes, basta um bom par de cordas vocais e ausência de complexos. À margem do Vodafone Rally de Portugal, que teve Coimbra como pista de arranque, a autarca protagonizou um momento que nenhum consultor de imagem conseguiria prever. Abordada por um jovem do ACP para uma entrevista que se queria "fora do registo habitual", a presidente, com o microfone à frente e o espírito de piloto de fim-de-semana, decidiu que a melhor forma de comunicar com as massas era... imitar o som de um carro de rally. Entre o riso e o espanto, a autarca arrancou gargalhadas à assistência com a sua onomatopeia motorizada... "vrum-vrum".

# FOLK CANTANHEDE REÚNE 11 PAÍSES PELA PAZ E TOLERÂNCIA

Cantanhede prepara-se para receber a 19.ª edição da Semana Internacional de Folclore, um evento que transforma a região num palco global de fraternidade e diálogo intercultural.

A cidade voltará a ser o epicentro da diversidade cultural mundial entre os dias 4 e 12 de Julho com o Folk Cantanhede - Semana Internacional de Folclore, oficialmente apresentada na passada quinta-feira à noite e que irá reunir grupos de 11 países, sob o lema da “paz e tolerância” entre os povos.

Organizado pelo Cancioneiro de Cantanhede desde 2006, o festival consolidou-se como um dos eventos culturais mais emblemáticos da região. O seu prestígio é reforçado pelo reconhecimento do CIOFF, uma Organização Não Governamental parceira da UNESCO, que atesta a qualidade e a importância do evento na salvaguarda do património cultural imaterial.



Paulo Marques, do Cancioneiro de Cantanhede, lidera uma organização que envolve cerca de 70 pessoas

## Uma viagem pelo mundo

Nesta edição, o público poderá vivenciar as tradições de quatro continentes através de representantes da América (Argentina, Bolívia, Equador e México), da Europa (Bélgica, Espanha e Portugal), da Ásia (Índia, Quirguistão e Indonésia) e de África (Quénia).

Ao longo de nove dias, o concelho será inundado por cores, ritmos, trajes e rituais que ignoram barreiras ideológicas, políticas ou religiosas. Paulo Marques, presidente da Comissão Executiva do Folk Cantanhede, destaca o impacto

histórico do evento, referindo que, ao longo de quase duas décadas, “já passaram pelo Folk 141 grupos de 71 países diferentes”.

Um dos pilares do Folk Cantanhede é a sua capacidade de levar a cultura a todas as comunidades. Os espectáculos não se limitam ao centro da cidade, percorrendo todas as freguesias do concelho.

Além disso, o festival volta a “galgar as barreiras do território” através da iniciativa “Culturas do Mundo no Centro de Portugal”. Esta parceria entre a Turismo Centro de Portugal e o Festi-Maiorca estender-se-á de 4 a 24 de Julho, levando grupos internacionais a oito locali-

dades: Cantanhede, Figueira da Foz, Leiria, Ansião, Vagos, Montemor-o-Velho, Anadia e Coimbra.

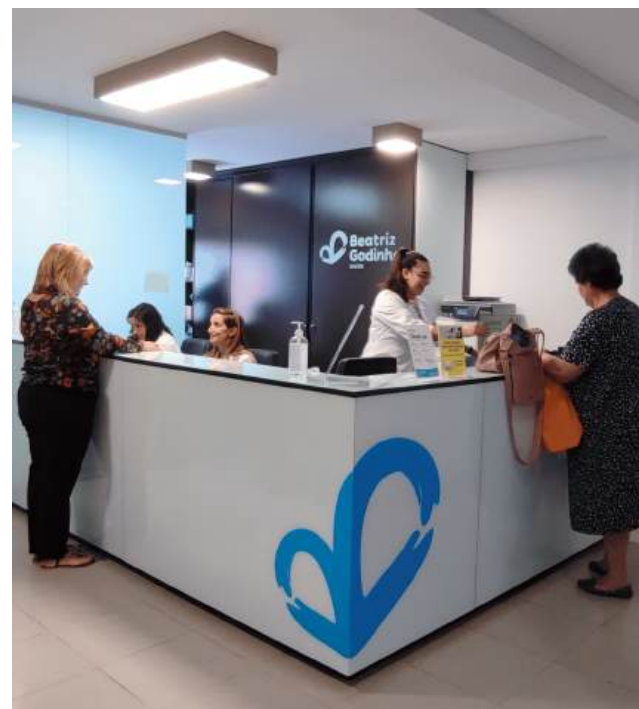
## Impacto social e voluntariado

A organização estima atrair mais de 55 mil espectadores. Para assegurar o sucesso de uma logística tão complexa, o papel dos voluntários é considerado fundamental. Este ano, a equipa contará com cerca de 60 a 70 pessoas dedicadas ao apoio do evento.

Mais do que um festival de música e dança, o Folk Cantanhede afirma-se como um “actor activo na procura de soluções” para o equilíbrio social. Segundo a organização, o evento utiliza o conhecimento e o respeito pela identidade cultural como um factor de valorização humana, promovendo o diálogo num tempo em que este se torna cada vez mais essencial.

A organização espera ultrapassar os 55 mil espectadores.

# BEATRIZ GODINHO DISTINGUIDA COM PRÉMIO CINCO ESTRELAS



Grupo Beatriz Godinho Saúde galardoado com Prémio Cinco Estrelas Regiões nos distritos de Aveiro, Coimbra, Leiria, Santarém e Viseu

O Grupo Beatriz Godinho Saúde foi distinguido com o Prémio Cinco Estrelas Regiões 2026, na categoria de serviços de análises clínicas, nos distritos de Aveiro, Coimbra, Leiria, Santarém e Viseu. A distinção resulta da avaliação directa de consumidores e utentes, no âmbito da 9.ª edição do prémio.

Segundo informação divulgada pelo grupo, o processo de avaliação juntou inquéritos de satisfação realizados junto de utentes reais e um estudo de mercado dirigido a consumidores com afinidade à categoria. Ao todo, foram avaliadas seis marcas concorrentes, tendo a Beatriz Godinho Saúde alcançado o primeiro lugar nos cinco distritos da região Centro onde opera.

Entre os critérios analisados estiveram a satisfação global com a experiência, a qualidade das instalações, o profissionalismo no atendimento, a facilidade de acesso aos resultados e a confiança na equipa. De acordo com o grupo, a intenção de recomendação foi o indicador que obteve a pontuação mais elevada.

Com mais de 180 pontos de contacto na região Centro, a Beatriz Godinho Saúde integra hoje um conjunto alargado de serviços na área da saúde, que inclui diagnóstico

laboratorial, imagiologia, cardiologia, fisioterapia e cuidados médicos. Fundado em 1974, o grupo tem apostado numa estratégia de proximidade, procurando facilitar o acesso a serviços de saúde sem obrigar os utentes a deslocamentos para fora da sua área de residência.

“Este reconhecimento pertence, antes de mais, às comunidades que servimos. Quando os nossos utentes nos recomendam a quem lhes é mais próximo, estão a confiar-nos algo que não tem preço: a saúde das pessoas de quem gostam. É esse compromisso que nos move a continuar a investir, a inovar e a estar cada vez mais perto”, afirma André Temudo, diretor de Marketing do Grupo Beatriz Godinho.

A cerimónia oficial de entrega dos Prémios Cinco Estrelas Regiões 2026 está prevista para meados de Junho, nos Açores.

Actualmente, o grupo integra laboratórios de análises clínicas em Leiria, Coimbra e Seia, mais de 180 postos de colheita, clínicas médicas e de fisioterapia, unidades de imagiologia e cardiologia, bem como serviços dirigidos a empresas nas áreas das análises microbiológicas, físico-químicas e veterinárias, segurança e saúde no trabalho, segurança alimentar e formação certificada.

# HOSPITAL ROVISCO PAIS TEM NA TOCHA UMA CASA INOVADORA NA SAÚDE



A casa de banho desta habitação avalia a frequência cardíaca e respiratória, entre outros sinais vitais

No Hospital Rovisco Pais, na Tocha (Cantanhede), é inaugurada hoje a Casa VIVA+ Engenheiro António Oliveira. Este projecto pioneiro, que representa um investimento superior a 16 milhões de euros, nasce como um “laboratório vivo” destinado a revolucionar a forma como a tecnologia e a saúde se integram no ambiente doméstico.

A Casa VIVA+ surge como resposta directa aos desafios do envelhecimento populacional e ao aumento das doenças crónicas. O objectivo principal é transformar a casa de uma estrutura passiva num agente activo de saúde,

permitindo que os cidadãos vivam com autonomia e segurança no seu domicílio por mais tempo, evitando a institucionalização precoce.

O projecto foca-se no desenvolvimento e validação de soluções tecnológicas que promovam a monitorização preventiva e a segurança, reduzindo a pressão sobre os sistemas públicos de saúde ao transferir parte dos cuidados para o contexto habitacional.

## Tecnologia inteligente no WC

Um dos grandes destaques tecnológicos deste laboratório é a solução desenvolvida pela OLI, líder

do projecto. Trata-se de uma plataforma biométrica inteligente integrada num tampo de sanita, capaz de monitorizar de forma passiva e não intrusiva indicadores vitais como frequência cardíaca e respiratória, variabilidade cardíaca e níveis de oxigenação sanguínea.

Esta inovação permite identificar precocemente factores de risco e desvios de saúde sem alterar as rotinas diárias do utilizador, valorizando a dignidade e a privacidade num dos espaços mais críticos da casa para a segurança dos idosos.

A concretização deste ecossistema resulta de uma cooperação estreita entre várias entidades de relevo: a OLI, que tem liderança industrial e desenvolvimento de soluções de monitorização; a Universidade de Aveiro com a coordenação científica e tecnológica; a ULS de Coimbra / Hospital Rovisco Pais, com o conhecimento clínico e experiência em medicina de reabilitação;

a InovaDomus que reúne a colaboração de empresas do sector do habitat como a Efapel, Extrusal, RedeRia, Revigrés, Teka e o parceiro tecnológico Bosch.

## Um legado de inovação

O nome do projecto homenageia o Engenheiro António Oliveira, cujo legado visionário inspirou a criação de soluções centradas nas necessidades reais das pessoas. Para os promotores, a Casa VIVA+ não é apenas um edifício, mas um modelo replicável com potencial para influenciar políticas públicas e posicionar Portugal na vanguarda da “construção saudável” e de soluções exportáveis para o mercado global.

O investimento total de 16 milhões de euros abrange tanto a construção da infra-estrutura como o desenvolvimento de novos produtos de I&D, contando com o apoio do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).